

Ata da 93ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEMA, realizada no dia seis de outubro de dois mil e quinze, às quatorze horas e trinta minutos, no Salão das Araucárias - Auditório Araucária - Av. Comendador Franco 1341- Curitiba - PR, sob a Presidência do Sr. Ricardo Soavinski, e secretariada pelo Sr. João Batista Campos - Secretário Executivo.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Boa tarde, senhoras e senhores. Solicitamos que tomem assento para que façamos a abertura da nonagésima terceira reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Boa tarde a todos, Conselheiros, Conselheiras, bem-vindos à nossa segunda reunião do ano.

Só lembrando, nós até tentamos realizar essa reunião um pouco antes, mas em um acordo com vocês mesmos, com o Conselho, a gente estava levantando pauta, não é João, itens de pauta, fizemos uma discussão sobre alguns itens, então ela foi sendo adiada, mas por e-mail eu creio que todos acompanharam o porquê, mas o nosso desejo logicamente era ter feito antes esta reunião. De qualquer maneira, mesmo adiando, não temos assuntos praticamente para deliberar hoje, os assuntos são mais de ordem informativa. E, neste contexto, aproveitamos para colocar alguns assuntos que a gente entende que é de interesse do Conselho conhecer, temos algumas apresentações. Vou tentar na abertura, no tempo que eu tenho, fazer uma retrospectiva das principais ações realizadas no ano no âmbito estadual, enfim, aí a gente segue a pauta da maneira como está prevista.

Da nossa primeira reunião para cá, fazer um pouquinho da retrospectiva de algumas ações realizadas, de alguns programas, de algumas iniciativas realizadas pelo governo do estado. Vou na abertura tentar passar um pouco rápido, depois no item de pauta podemos nos aprofundar. Na reunião passada inclusive passei por alguns pontos muito rapidamente, depois, em outras oportunidades, alguns que fazem parte aqui do Conselho, até brincaram comigo: “Pô, na reunião do Conselho você tinha que ter se aprofundado mais nesses assuntos e tal!” Então, na sequência, pelo menos alguns desses

que vou falar aqui, a gente depois pode se aprofundar um pouquinho mais e ter até certa discussão.

Mas, de maneira geral, o que foi possível, nesses nove meses, lógico que tem colegas como o Tarcísio que está quase cinco anos à frente do cargo, o Sílvio está na Secretaria com o mesmo tempo que eu, alguns mais tempo outros menos, mas, enfim, tem uma série de questões que estavam em tramitação ou tinha, por exemplo, a Lei do PSA. Foi aprovada em 2012, precisava de uma regulamentação, inclusive de pensar toda uma engenharia administrativa, financeira de como fazer isso se tornar realidade. Tem algumas iniciativas no Brasil, fora do Brasil tem muitas, quem participou do CBUC - Congresso Brasileiro de Unidade de Conservação, na semana retrasada pode ver, ter a oportunidade de assistir a palestra do Albert de Nova Iorque. Foi bastante interessante e depois teve um workshop, não sei quem pode participar dos presentes, mas, enfim, têm iniciativas muito interessantes pelo mundo, em muitos lugares. A do Paraná conseguimos regulamentá-la em junho, o governador assinou um decreto, ela traz quatro tipologias, a gente pode disponibilizar os documentos depois, e tem toda a forma de execução, não é engessada. Inicialmente estava prevista só uma forma de execução, mas é para APPN's, unidades de conservação, biodiversidade, carbono e água. Nós rapidamente conseguimos um recurso com a ANA - Agência Nacional de Águas, para fazer o diagnóstico de três bacias. Então, na parte águas, depois do diagnóstico, vamos lançar os editais. Estamos em busca do recurso. Temos recursos assegurados provavelmente já para duas bacias e na parte de APPN's, há duas semanas, nós conversamos com o governador, uma conversa que eu e o Tarcísio fizemos e ele concordou em fazermos um edital ainda este ano para apoio às APPN's no valor de três milhões de reais. Então, a Sueli com sua equipe da SEMA/IAP estão já rascunhando, começando a preparar esse edital para a ARPPN ainda este ano. Não temos todos os detalhes de como será, mas oportunamente estaremos divulgando.

Essa questão do PSA, aproveito para agradecer porque a própria regulamentação foi feita há muitas mãos, é uma maneira muito bacana aqui no Paraná. Eu lembro-me, na região que nós fechamos a minuta do decreto que foi submetida ao governador, acho que tinham umas quase cinquenta pessoas de dezenas de instituições que participaram de toda a redação, de todo esse trabalho. Então, a tendência, quando muitos participam, pelo menos vai ser de errar menos. É um assunto novo, a burocracia não é simples, principalmente quando se trata de dinheiro público para fazer esses PSA's, esses editais, mas com dedicação, com carinho que o assunto merece vamos conseguir fazer e vai dar

certo. Tem muitos detalhes que ainda teremos que definir nesses próximos dias ou semanas para soltar o primeiro edital.

No final logicamente vou voltar a esse tema, porque estamos começando com valores, sei que isso é importante, em se falando em três milhões, principalmente para APPN's, mas tem algumas ações no Paraná que vamos precisar dar escala a isso e logicamente esses valores vão ter que crescer bastante.

Outro assunto que vamos ter uma apresentação de bastante propriedade, a Sueli vai fazer em nome da Secretaria e do IAP, é sobre o Programa Parques do Paraná. É um programa lançado que visa estruturar os parques estaduais, pelo menos parte deles. É uma primeira etapa para estimularmos a visitação, a valorização dessas unidades. Mas tem um item específico para isso, então deixo para daqui a pouco porque senão consumo todo o meu tempo.

A questão também da ampliação do ICMS Ecológico na questão dos mananciais. O governador assinou em junho um decreto ampliando para alguns municípios e ampliando a área de dois municípios também. Ou seja, três irão passar a receber ICMS Ecológico e dois que vão receber um pouco mais em função da proteção de mananciais. Isso é muito positivo, tem uma demanda enorme para outras áreas. Isso foi feito só para a região metropolitana de Curitiba, mas temos outras demandas pelo Estado que nós temos que analisar com bastante cuidado, como o assunto requer, de maneira muito técnica e estratégica. Mas isso é bastante importante, porque são mais municípios trabalhando no sentido de proteger os mananciais. Essa é uma das medidas, mas logicamente no conjunto de medidas e temos outras no sentido da preservação da água, o nosso bem maior e também numa visão ecossistêmica, uma visão não só olhando a gestão da água por si próprio. Lógico que tem uma série de medidas voltadas a esta questão, que já vou emendas na outra aqui, mas todo o mundo tem acompanhando a questão da crise hídrica no Sudeste, principalmente em São Paulo, e é um assunto que temos que olhar com muita atenção. Então, tem muitas medidas em torno deste assunto que ainda deve ser tomadas, mas pelo menos na questão do PSA para valorizar a conservação das florestas, enfim, do ecossistema todo onde estão inseridos as nascentes, os mananciais. Nós cremos que o PSA pode ser um instrumento bastante interessante nesse sentido, como já é conhecido em algumas outras regiões ou Nova Iorque mesmo, como acabei de falar.

Falando um pouquinho de água, alguns de vocês devem ter acompanhado também uma discussão que teve na Bacia do Rio Tibagi, o enquadramento da bacia e de

várias bacias do Paraná. Semana que vem tem a reunião do Conselho de Recursos Hídricos e vamos tratar deste assunto. Mas só adiantando, para quem não é Conselheiro do Conselho de Recursos Hídricos e para que tomem conhecimento, tem uma discussão bastante acalorada em torno do enquadramento dos rios. E isso está vindo à tona agora porque está chegando o momento, foram montados os Comitês de Bacias, contratados os planos de bacia e assim vai até chegar ao enquadramento das bacias. Depois a cobrança pelo uso da água e alguns rios vão passar pelo enquadramento. E aí estávamos discutindo o enquadramento do Rio Tibagi e a tendência era enquadrá-lo numa Classe IV. E a nossa postura era tentar propor, a pedido de algumas ONGs e a visão do Estado era neste sentido já que o enquadramento é em perspectivas futuras, lógico que com os pés no chão, uma coisa bem definida no tempo, mas tentar enquadrar na Classe III. Aí precisaria de um compromisso logicamente daqueles que hoje têm que investir para corrigir os lançamentos de dejetos no rio ou nos rios que compõem ali a bacia.

Aí foi uma discussão bastante profunda e registro a postura do Presidente da SANEPAR e da equipe da SANEPAR que tiveram uma postura extremamente positiva no sentido de estudar os aportes de recursos para fazer os investimentos possíveis, e desta forma viabilizar o enquadramento do rio na Classe III. Está praticamente aprovado, tem duas audiências públicas ainda que serão feitas, mas acreditamos que será aprovado. A gente recebeu, não é crítica, mas para ficar antenado, tomar cuidado de não estar querendo impor ao Conselho alguma coisa. E eu falei desde o começo e é bom esta oportunidade para esclarecer que embora o Estado tenha assento e o Estado tem ser propositivo e muitas coisas dependem do investimento do próprio estado, mas temos o dever de propor algo, principalmente quando é para o bem do rio, dos ecossistemas. E neste sentido que levamos a nossa proposta e ela ia ao encontro do que algumas ONGs estavam propondo também, e quase tudo, não teve grandes problemas. Daí vem àquela questão do tempo necessário, se é aquilo mesmo ou não, mas quem poderia reagir é quem tem que fazer os investimentos para fazer as correções, de talvez não ter o dinheiro ou não querer direcionar para esta finalidade.

Registro, mais uma vez, que a postura da SANEPAR e do Presidente da SANEPAR foi perfeita. Pronta: “Nós queremos fazer, nós vamos fazer, o que tivermos que fazer”. Então foi bom, porque deu para montar o Plano de Aplicação, com o tempo que leva para o licenciamento, fazer as obras e colocar na proposta de resolução. E aí o que fizemos foi apresentar uma proposta ao Conselho. O Conselho é soberano de

decidir, mas eu acho muito difícil o Conselho trabalhar em outra linha que não seja para o bem do rio e da bacia.

Então, esta é a postura que o governo do estado pretende trabalhar neste tema, não sei se será possível para todas as bacias dado o volume de investimentos que tem que ser feito, mas a SANEPAR está pronta e falo aqui, repito, porque conversei muito disso com a Diretoria da SANEPAR, que é um dos principais pagadores, que vão ter que pagar a conta para ter uma proposição neste sentido. Logicamente que temos que discutir isso com as indústrias e com outros setores também, mas fiquei bastante feliz em poder propor no Conselho daquela bacia. São uma série de medidas adicionadas à gestão da água e não a água isoladamente, mas numa visão sistêmica ou ecossistêmica que nos deixa muito feliz com um novo horizonte pela frente, principalmente quando a postura de quem tem que investir realmente é positiva.

Continuando alguns outros programas ou algumas coisas, não fui eu que cheguei e fiz. São algumas coisas que a gente pega. O Callado mesmo passou por lá, enfim, tem mãos de várias pessoas, ex-secretários, pessoas das várias entidades que compõem o estado e ONGs, indústrias e tudo o mais. Mas tem a questão do Ciclo Paraná, é o estímulo ao uso de bicicleta, não vou entrar em detalhes, mas está sendo formado um Comitê, o pessoal que vai fazer parte do Comitê demorou muito a indicar os nomes, a gente cobra, cobra, é difícil. Tem instituições que a gente convida que levam dois, três meses para indicar um nome para fazer parte de um Comitê, de uma coisa superbacana. Mas tem o selo clima que lançamos na FIEP, que é a questão do registro voluntário de emissões. Muito bacana. A gente tem mais de vinte empresas já aderiram voluntariamente ao registro de emissões que aí tem o selo prata, bronze e ouro. Isso é bastante interessante para o Estado.

Tem a revitalização do Rio Iguaçu, hoje de manhã inclusive teve uma reunião e não pude participar, mas foi mais uma reunião do Comitê Gestor do programa. É um programa ambicioso, grande, tem muita coisa para fazer, principalmente onde ele nasce aqui na volta de Curitiba ou quase dentro de Curitiba, onde ficam suas nascentes. A nossa vice-governadora é a Presidente do Comitê Estratégico e está sendo construído o projeto de uma maneira muito interessante, quem tiver interesse em conhecer com mais profundidade, na semana que vem vamos tratar com um pouco mais de profundidade na reunião do Conselho de Recursos Hídricos, mas também podemos pautar para a próxima reunião do CEMA, se quiserem, uma apresentação com mais profundidade do que está sendo montado em termos de programa para a revitalização do Rio Iguaçu.

A retomada do projeto Parque Escola que tem resultados, eu convido todos a conhecerem os resultados do programa. Este ano ele não funcionou, parou no final do ano passado, mas fizemos as articulações necessárias entre IAP e Secretaria da Educação para a retomada do projeto, fizemos uma boa avaliação do projeto e é muito interessante. São mais de setenta mil estudantes que visitaram os parques com visitas monitoradas, com um resultado fantástico.

Na questão da proteção da biodiversidade, tenho certeza que vão perguntar aqui: “E o convênio com a Polícia Ambiental do Paraná?” Nós tratamos desse assunto e não foi na visão de um convênio. Lógico que um convênio é importante, mas tem convênio e convênio. Tem convênios com bons planos de trabalho e tem convênios que praticamente não tem plano de convênio. Você assina convênio sem saber direito o que vai fazer. Então, nós trabalhamos em nível entre nós, IAP e a Secretaria com o próprio Secretário de Segurança Pública discutindo o que é necessário fazer e como eles podem nos ajudar na parte que lhes cabe no tema proteção e fiscalização da biodiversidade, do meio ambiente no Paraná. E produzimos um plano de ação e neste plano de ação, lógico que tem várias ações ali previstas e tem um conjunto de ações que cabem a um convênio, a uma relação com as polícias, pode ir além da Polícia Ambiental. E neste sentido, fechado ali um plano de trabalho, que traz resultados, metas a atingir, forma de trabalho e não apenas uma lista de equipamentos a serem comprados, como era o anterior, e isso está sendo discutido. Nós, SEMA, IAP já encaminhamos para a Secretaria, via Secretário.

E ontem ainda conversei de novo com o Wagner Mesquita que é o Secretário, ele disse que estão lá ultimando a análise para dar um retorno para ver se podemos assinar num futuro próximo, não sei precisar quantos dias porque não depende só da gente. Mas é um convênio bem mais amplo que estabelece em um plano de trabalho exatamente o que se quer atingir em termos de resultado e como vai ser atingido, montando sala de situação e uma série de questões. Não dá para detalhar, só isso também daria para falarmos por um bom tempo, um bom debate. Mas, enfim, a providência foi tomada neste sentido e é seguindo uma orientação do próprio Governador que em junho, em Foz do Iguaçu em evento internacional, assumiu o compromisso de desmatamento ilegal zero no Paraná, ao longo do seu mandato.

Então, nós entendemos que um convênio desse pode ajudar sim, agora ele tem que ser bem definido, bem gerenciado para que a gente realmente faça aquilo que tem

que ser feito, dê as prioridades, atue nas áreas prioritárias onde realmente devem ter um cuidado maior.

Na questão de licenciamento ambiental, sei que nem todos acompanham o Diário Oficial, mas principalmente para a questão do litoral nós fizemos uma boa análise da equipe da SEMA junto com o IAP também do funcionamento do licenciamento no litoral e tomamos pelo menos duas medidas até agora, eu e o Tarcísio. Uma foi uma atitude, depois o Tarcísio se quiser ele complementa, mas uma foi a de criar uma comissão para análise de todos os pedidos de licenciamento do litoral, pelo menos uma comissão bastante ampla e esta análise vai ser feita em comissão. Já era, mas era lá no escritório, uma equipe muito pequena, o Tarcísio puxou isso para Curitiba para ter um número maior de pessoa e também para vencer o volume que tem de demanda. E, além do licenciamento ali ser no âmbito do IAP, o governador também alterou, nós fizemos uma proposta, depois de discutido logicamente com ele, de alteração do Decreto do COLIT - Conselho do Litoral, e o COLIT vai dar uma ênfase a esses empreendimentos, a esses licenciamentos de uma análise estratégica. Ele não vai ser licenciador.

Vai fazer uma análise estratégica desses licenciamentos, observando o efeito acumulado do conjunto de demandas que tem ao longo do tempo e com base nos instrumentos de gestão macro, inclusive estão sendo desenhados para o litoral. Então, é dar um pouco mais de participação e cremos que desta maneira, né Tarcísio, a gente tem uma total efetividade nos procedimentos de licenciamento ambiental. Isso já está assinado, publicado, estamos implantando o dia a dia, agora a rotina entre as equipes que vão trabalhar.

Logicamente temos poucos funcionários, todos sabem disso, o IAP tinha mil e duzentos funcionários, hoje está em torno de quinhentos e já aproveito também para informar que a gente tem uma boa sinalização para realizar o primeiro concurso público na área ambiental aqui no Paraná, depois de décadas, que será para o IAP. Temos uma pré-autorização do Comitê que cuida desta questão, o Secretário Sílvio Barros faz parte lá e estão tomando algumas medidas administrativas que a Secretaria da fazenda nos pediu, mas a sinalização é bastante positiva, né Tarcísio.

Vamos ver se conseguimos lançar o edital ainda este ano, mas acho que este assunto está bem encaminhado, principalmente depois das medidas que o Governo tomou, o governador liderando de ajuste fiscal no Estado. Todos sofremos, principalmente quem está no governo, mas lógico que afeta todo o mundo, mas isso fez

com o Paraná é diferente da situação geral, não é uma ilha como o governador diz, mas a nossa situação hoje é bem melhor do que os demais. Pagou um preço caro por ter sido o primeiro a fazer, mas por outro lado saiu, não é que saiu de uma crise, mas tem condições bem melhores do que os demais, infelizmente todos não têm a mesma condição, bom que estivesse o país todo da mesma forma. Mas um aumento de receita e diminuição dos gastos nos deu uma margem que nos próximos anos o Paraná deve investir, só o governo, em torno de um milhão e meio por ano, juntando as empresas só no ano que vem dá em torno de seis bilhões de investimento. Então, reduz custeio e vamos ampliar nossos investimentos. Dessa maneira, com o ajuste fiscal é o que provavelmente possibilite o nosso concurso. Se não fizesse acho que não daria nem para falar nesse assunto.

Bem, aí temos vários desafios como voltar a ampliar nossas unidades de conservação, temos várias propostas em curso, falta gente para se dedicar a todas as agendas, mas tem um caminho bastante aberto pelo próprio governador que tem nos cobrado inclusive de novas propostas de ampliação, e isso é muito bacana.

Vou para o encaminhamento para encerrar minha fala inicial, mas por mais que a gente faça um resumo dos principais feitos nesses nove meses, o desafio é muito grande. Nós temos o momento de crise econômica, crise política no país, quando tem essas crises a população toda fica voltada na crise, principalmente econômica, a política também mexe com a cabeça das pessoas, nesses momentos que a gente tem que tomar cuidado com as coisas que, não que não são importantes, lógico que são, mas são mais susceptíveis nos momentos de crise irem lá e passar o rodo, passar o trator por cima. Então, é um momento de ficarmos muito atentos, se bem no começo da crise a primeira coisa que falaram foram: “Ah, vamos na forma do tratoração!” Acho que rever procedimentos, melhorar, como nós fizemos que foi uma medida via ABEMA, com todos os estados sentando, discutindo a revisão da 001 e da 237. Acho que isso é necessário. Já devíamos ter feito há muito tempo. O Ministério acabou acompanhando a gente também, mas estavam querendo era dar um tratoração. Falavam em mexer inclusive com a própria existência do CONAMA. Não foi a primeira vez, houve outras vezes. É um colegiado, um Conselho extremamente importante. Então, temos que ficar muito atentos com os movimentos nossos, muita atenção a esses momentos.

Por outro lado, não é só do ponto de vista legislativo, mas mexe com toda a estrutura de trabalho, com todos os parâmetros, mas eu entendo e a gente tem discutido com muita gente em muitos lugares que nós estamos ‘Pré Cop de Paris’, de mudanças

climáticas, dos acordos. Vamos ver o que sai de lá, e aqui no Paraná lógico que nós temos uma grande missão, um grande desafio pela frente. Acho que todos acompanharam o anúncio feito pela nossa Presidente afim de redução em torno de 40%, das emissões e restaurar em torno de doze milhões de hectares de cobertura florestal. É uma missão bastante dura.

A gente já falava aqui no Paraná que nós temos uma tarefa grande de restauração também. Nós temos o nosso viveiro de muda que funciona muito bem, temos várias iniciativas já feitas no Paraná, tem iniciativas de quando nem se falava de mudança climática que ajuda muito como o plantio direto. Hoje 80% da nossa safra de verão é feita com plantio direto, que é um Programa das Microbacias. Quando eu era molequinho acho que o Paraná começou com isso. Então, quando não se falava nisso e hoje são ações bastante importantes nesse sentido. A todas essas ações que conversamos aqui antes e muitas outras, o ICMS Ecológico ajudou muito neste sentido e nem se falava em mudança climática talvez nessa época.

Então, às vezes a gente fala, fala de mudanças climáticas, mas na verdade o que vai fazer a diferença são esses programas, são as ações aqui. Lógico, tem que ter a visão ali das emissões, do que pode ser mitigado, já das adaptações também que têm uma série de iniciativas voltadas já à adaptação, tendo em vista os desafios para a questão de risco. Mas o fato é que temos que fazer alguma coisa e o Paraná tem que fazer a parte dele.

E o anúncio há poucos dias, lógico que tem um tempo para preparação, detalhamento e tal, mas ninguém falou ainda 'o como'. Claro que, como quase tudo que é aqui da região Sul e Sudeste do país quando têm que fazer as coisas, normalmente os estados se viram. Eu trabalhei no governo federal há muito tempo, a maioria do dinheiro que a gente arrumava é a Amazônia. Sul e Sudeste meio que se viram, cria tarefa em Brasília e os estados que se virem. É o normal. Não é 100%, mas é quase isso. E não é só no meio ambiente, é no geral, é Saúde, Educação, é em quase tudo.

Mas, enfim, a gente já vinha conversando sobre isso, da necessidade do Paraná fazer algumas coisas, não é só em termo da questão da mudança climática, mas em termos da nossa biodiversidade, da nossa cobertura florestal. A região Noroeste do Estado, nós temos em torno de 6% de cobertura florestal somente. É onde tem os maiores índices de ameaça de espécies. Então, é uma situação bastante grave. Nós temos que fazer alguma coisa. Claro que temos que definir bem onde, como, quais os instrumentos econômicos que nós vamos ter, de onde vem o dinheiro, como vamos

desenhar tudo isso. E isso nós começamos uma discussão entre algumas Secretarias, com a equipe do Tarcísio no IAP, mas algumas, em breve, vamos trazer alguma coisa aqui.

Tem muita coisa bacana feita já no nosso Estado e no país, mas nesse sentido o nosso entendimento é que a gente precisa dar escala. Se a gente não der escala e rápido, não é ser mégalô não, querer fazer coisas: “Ah, vamos recuperar um milhão de hectares!” Não é um milhão, porque é um milhão. No Plano Nacional está mais de um milhão. Não sei quanto será, em quanto tempo, tudo isso a gente tem que desenhar, mas fazer coisas pé no chão. Coisas que você realmente consiga desenhar, consiga ter boa criatividade que o Paraná sempre teve, inclusive quando criou o ICMS Ecológico que tantos outros fizeram também. E vamos em busca disso. Mas que nós temos que fazer, temos sim!

Da mesma maneira que mexer em algumas questões estruturais do Estado, como os modais de transporte. Não é possível que a gente vá continuar aí por muitos e muitos anos trazendo 80% dos grãos que são produzidos no interior do Estado para o litoral de caminhão, com emissões altíssimas, risco de vida nas estradas, entupindo as estradas. Até quando nós vamos fazer isso? Lógico que não depende só de nós, depende do Governo Federal que tem uma série de tarefas para fazer para ter uma nova ferrovia ou alguma coisa desse tipo.

Mas, enfim, são desafios que vamos ter que ver o que vamos fazer do ponto de vista do desenvolvimento para diminuir as emissões. Estou pegando exemplos, têm muitas iniciativas que vamos ter que fazer. Temos a questão da energia, as fontes alternativas, enfim, explorar isso mais. Vocês todos são da área e conhecem bem o assunto, mas têm alguns que são prioridades que é possível fazer, mas temos que encarar com seriedade, com instrumentos bem definidos, com escala, volto a dizer, com escala porque não dá para ficar experimentando mais. Nós temos que pegar as experiências e fazer isso se tornar grande. E isso, logicamente, perpassa a todas as áreas de Governo e da iniciativa privada, por isso que colocar esse assunto aqui no CEMA, que muitos têm assento, é muito bom tratar e é necessário.

Mas é isso, gente! É apenas uma passada geral em alguns assuntos e deixar bem claro os desafios que nós temos não é pela frente não, são imediatos, porque os efeitos disso tudo nós estamos sentindo agora: crise de recursos hídricos, um possível aquecimento do Planeta, os picos climáticos já estamos sentindo na pele, os excessos de chuva, os excessos de calor. Então, acho que não precisamos ficar experimentando

muito. E mesmo que não tivesse isso, só pela manutenção da nossa biodiversidade no nosso Estado, no nosso país e no Planeta, acho que já seria um bom e suficiente motivo. Mas à medida que a gente mantenha a biodiversidade, sabendo bem onde atacar primeiro, a gente consegue resultados muito mais amplos que é pelo nosso próprio bem, para o bem dos seres humanos também.

Então, é isso. Era isso que eu tinha para colocar. Boas-vindas à nossa segunda reunião do ano e que a gente tenha uma boa reunião até o final do dia. Muito obrigado.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Nós temos na pauta a apresentação dos novos Conselheiros.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- O Sr. Secretário, vai ficar na reunião?

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Vou até o fim.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Está bom, falamos depois.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Então, na sequência temos novos Conselheiros para serem empossados que passo a ler: Eliane do Rocio Vieira, da Secretaria do Estado da Educação; Cícero Aparecido Teixeira, da Secretaria de Justiça e Cidadania; João Luiz Fiani, da Secretaria de Estado da Cultura; Paulo Sérgio Rosso, da Procuradoria Geral do Estado; Luiz Carlos Previdi, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Laura Jesus de Moura e Costa, do Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental; Silvia Regina Viruel da Silva, da ONG IMPRA - Instituto Chico Mendes; Professor Dr. José Marcelo Domingues Torezan, da UEL - Universidade Estadual de Londrina; e Fernando Fernandes, da UEL - Universidade Estadual de Londrina.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- A todos os nominados sintam-se empossados e bem-vindos ao Conselho. (Palmas).

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Na sequência temos a verificação de quórum. Secretário, estamos com 26 (vinte e seis), portanto, atingimos amplamente o quórum para seguimento da reunião.

Na sequência abrimos as inscrições para a Tribuna Livre. (Pausa). Os inscritos são: Carmem Terezinha Leal, Adriano Wild e José Marcelo Domingues Torezan.

Na sequência, devolvo a palavra ao Secretário, para o encaminhamento da discussão e aprovação das Atas da 90ª e 91ª reunião ordinária do Conselho.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (CEMA):- Sobre as Atas, as duas referenciadas pelo João Batista, alguém tem alguma questão? (Pausa).

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sobre as Atas, como se passou muito tempo, a gente não tem lembrança desses pontos que foram anotados. Em minha opinião, vamos aprovar na confiança de que esses assuntos foram tratados nas reuniões de agosto e de dezembro. Minha sugestão é que a ata da primeira reunião deste ano pudesse ser disponibilizada, independente de qualquer outra reunião programada daqui para frente, não somente a de abril que foi a primeira e também desta disponibilizar dentro de quinze dias, as coisas ainda estão frescas e temos lembrança disso.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Ok, vamos fazer. E este, só justificando, foi um problema contratual com a empresa que faz a gravação e digitalização das Atas de todos os Conselhos e que gerou este atraso. Mas está equacionado o problema, creio que não vamos ter essa dificuldade em mandar com mais agilidade. Ok. Então, ficam APROVADAS as duas Atas.

Próximo ponto: Ordem do Dia.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Homologação das representações das ONGs suplentes junto ao CEMA. Então, vocês se recordam da reunião anterior, nós tivemos a possibilidade de eleger, escolher entre os membros do CEENG, três membros de ONGs para representar como suplentes na cadeira do CEMA.

Então, isso foi encaminhado em um processo juntamente com um representante, uma coordenação deste movimento, que o Adriano Wild juntamente encaminhamos todo um processo de consulta, todas as ONGs inscritas no cadastro estadual de entidades não governamentais ambientalistas, inquirindo quem tinha efetivo interesse em ser membro suplente deste Conselho. Candidataram-se quatro ONG': AMAS - Agentes Multiplicadores Ambientais para a Sustentabilidade; ABAI - Fundação Vida para todos ABAI; GERAR - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional; e IDEA Ambiental - Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza.

Após essa manifestação de interesse, nós remetemos novamente esta listagem desses interessados em participar como suplente e solicitando que as ONGs enviassem através de e-mails as suas indicações, as suas escolhas para essas representações.

Então, aqui temos uma planilha no quadro que mostra as entidades que votaram e as entidades que foram votadas, ficando eleitos como suplentes a tomar assento no

Conselho Estadual de Meio Ambiente: ABAI, com seis votos; AMAS, com cinco votos; e a IDEA Ambiental, com quatro votos. Essas são as ONGs que completam o quadro das instituições não governamentais no Conselho Estadual de Meio Ambiente, ficando completo os oito representantes das ONGs, quatro titulares e quatro suplentes. Trouxemos para que sejam homologadas diante de todos esse processo de escolha que é feito pelos próprios representantes da ONGs.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Algum dúvida, algum esclarecimento adicional sobre isso? (Pausa). Está homologado.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Na sequência temos outra indicação que foi uma manifestação, foi uma solicitação da Secretaria Executiva do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas para a indicação de membros do Conselho. São representantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente para tomar assento junto ao Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas. Nós consultamos todos os Conselheiros e cinco instituições declararam interessadas em participar desse processo, que seria: a Secretaria de Estado do Planejamento e coordenação geral, IDEA Ambiental, APRE - Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal, Secretaria do Estado de Justiça e Cidadania e o SINDISEAB.

Esses representantes seriam os representantes do Conselho dentro do fórum e não representantes das Secretarias ou das instituições que se manifestaram com interesse. Então, como nós tínhamos somente uma cadeira para titular e um suplente e tem cinco instituições interessadas e nós não estabelecemos nenhum processo de critérios para a questão de escolha, esses devem ser feitos pela plenária do Conselho para que escolham uma instituição titular e um suplente para representar o Conselho Estadual de Meio Ambiente junto ao Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas.

Então, Presidente, retorno a palavra para que possamos entre todos escolher. Não sei se estão presentes todos os interessados, poderiam se manifestar e, na sequência, teríamos que estabelecer um critério de escolha desses representantes dos membros do Conselho.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (CEMA):- Vamos abrir as inscrições de quem se candidata e depois podemos fazer no voto. Acho que é mais prático e objetivo.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Todos que estão aqui reafirmam o seu interesse em participar?

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Embora acredito que existam algumas instituições aqui que já façam parte do Fórum, de qualquer maneira vai estar lá enquanto Secretaria, enquanto alguma ONG e representando o Conselho aqui também. Para ser bem sincero, eu questionei um pouco esta questão com o João, porque não é simples representar o Conselho em um fórum. Acho que o certo é representar a sua instituição e aí o fórum está ali, representado por um conjunto de instituições e traz qualquer resultado para o Conselho que entendo que, do ponto de vista de colegiado participativo no estado, é o mais correto. Mas é o que estava colocado. Se vocês entenderem que a gente possa mexer nisso também, sinceramente acho um pouco estranho para falar bem a verdade, mas também não vejo problema. Se tiverem duas instituições que possam falar em nome do Conselho também, eu entendo que o fórum tem que tratar das questões relativas à mudanças climáticas e trazer para o Conselho até os resultados, os seus planos e tal. Mas também não tem problema não. Podemos, talvez, ir para um processo de escolha e numa próxima a gente repensa esse modelo.

Os inscritos quem são? Quantos têm?

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (SEMA):- Nós temos a Secretaria de Planejamento, a IDEA Ambiental, a APRE - Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal, SINDISEAB e a Secretaria do Estado de Justiça e Cidadania, esclarecendo ao Secretário Sílvio Barros que realmente a Secretaria do Planejamento faz parte do fórum, independente daqui.

O Sr. Conselheiro Sílvio Barros (SEPL):- Eu penso que a Secretaria se coloca à disposição, mas nós estaríamos representados duas vezes dentro do fórum, se por acaso fôssemos indicados pelo Conselho. Não há nenhuma objeção da nossa parte, a Secretaria poderia representar o Conselho se fosse de interesse de vocês. Por outro lado já estamos participando do Conselho, então eu penso que nós podemos abrir mão desta indicação para outra entidade que represente o Conselho Estadual de Meio Ambiente.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Os que candidataram não têm assento no Conselho?

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- A IDEA Ambiental acabou de ser empossada como representante suplente das ONGs aqui dentro, a APRE também tem assento, SINDISEAB também tem assento e a SEJU também tem assento aqui no Conselho mas não lá.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Então, são quatro. Querem um intervalo para entrarem em consenso ou querem ir para o voto. Se vocês, entre os quatro que se candidataram, que se disponibilizaram representar, se quiserem um tempinho para tomarmos um café e discutirem entre os quatro e chegar um consenso, melhor, a gente nem submete a voto. Podemos tentar? Então, cinco minutos para um café e vocês entre os quatros discutem.

(Intervalo)

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Solicitamos a todos que tomem assento para darmos continuidade na reunião, já com a definição das entidades que irão representar o Conselho Estadual de Meio Ambiente no Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Dando continuidade à reunião, estava prevendo que ia ter consenso e realmente teve um acerto. Então ficou a Secretaria de Justiça e a IDEA Ambiental como representantes no Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas.

Vamos para o próximo ponto, João.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (SEMA):- Agora teremos uma apresentação, conforme solicitado na reunião anterior, sobre o Fundo Estadual de Meio Ambiente. Chamamos o representante do IAP, o Diretor Administrativo Financeiro Ilton Ferreira Mendes Júnior para fazer a sua apresentação. Por favor.

O Sr. Ilton Ferreira Mendes Júnior (IAP):- Boa tarde a todos. Como o João falou, meu nome é Ilton Ferreira Mendes Júnior, sou Diretor Administrativo Financeiro do Instituto Ambiental do Paraná e quero agradecer a oportunidade de fazer uma pequena exposição sobre o FEMA. Acho bem oportuno porque costumeiramente escutamos falar: “O FEMA está no IAP, não está no IAP, está na SEFA, o que aconteceu com o FEMA?” Então, acho que é bem oportuno que eu possa fazer esta apresentação. Então, em nome do Secretário Ricardo, agradecer a oportunidade, saudar todas as autoridades, todos os representantes, os membros do Conselho, ao Tarcísio que me entregou essa função de fazer esta exposição.

O fundo é um instrumento que já não é novidade para nós. O fundo foi criado no ano de 2000, exatamente há quinze anos, um mês e um dia. Então, em síntese, o FEMA é um instrumento de natureza contábil com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos e programas ao projeto que objetive ao controle, a preservação, a conservação e a recuperação do meio ambiente. Ali nós temos o

embasamento legal, a lei de criação e o decreto que regulamenta todas as situações que são vinculadas ao FEMA. Na sequência nós temos os objetivos do FEMA que estão relacionados quer seja na lei ou no decreto. Então, nós temos ali a atribuição do FEMA como educação ambiental, controle e monitoramento ambiental, recuperação ambiental, proteção dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, unidades de conservação, desenvolvimento florestal, pesquisa e segue, na sequência, com o desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento institucional, desenvolvimento de políticas públicas ambientais, instrumentos e meios legais econômicos, atendimento às despesas correntes às atividades da SEMA e do IAP.

Ou seja, todo ano nós temos um Plano de Aplicação destinado especificamente ao cumprimento dessas metas que são estabelecidas pelo Conselho de Administração. Então, todas as atividades, programas, projetos, planos financiados pelo FEMA, todos eles tem uma correlação, uma vinculação direta com essas atividades que estão já previstas, preconizadas seja na lei ou no decreto de regulamentação.

Como falei, acho oportuno porque aqui começam as mudanças. Nesses quinze anos, nós não tivemos praticamente mudança nenhuma nessa figura jurídica ou nessa figura administrativa do FEMA. Com a Lei 18.375, do finalzinho de 2014, nós tivemos as primeiras mudanças do FEMA. Então, no Artigo 1º da Lei 18.375 já fica preconizado que o FEMA deixa de ter natureza especial contábil, ou seja, deixa de ser aquele fundo voltado aquelas atribuições específicas do órgão autônomo, com receita descentralizada e de uso de propriedade autônoma do IAP e passa a ser fonte vinculada de receita. Ou seja, ele deixa de ter a figura de fonte própria para ser tornar fonte de recurso do Tesouro. Assim aconteceu com o FEMA, com o FUNREFIS, com o Fundo Agropecuário, com o FEJIS, com o FRHI que nós conhecemos bem, o FEMA, o FUNPEN, FUNESP, o FECOM e o Fundo Estadual dos Direitos dos Idosos.

No Artigo 2º da mesma lei foi preservado, os recursos do fundo devem ser utilizados, programados e aplicados exclusivamente no órgão responsável, ou seja, os recursos do FEMA continuam financiando planos, projetos desenvolvidos pelo IAP e sem prejuízos das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de instituição dos referidos fundos, poderão ser utilizados para pagamento de despesas de qualquer natureza, inclusive pessoal e encargos sociais. Ou seja, esse tipo de despesa que então não estava prevista na lei de criação ou no decreto, passou a ser possível permitida a partir desta lei. Ou seja, o FEMA pode sim hoje financiar despesas de pessoal e encargos sociais. Isso, até então, não aconteceu, não ocorreu pelo Governo do

Estado. Nós não temos ainda perspectiva de que os recursos do FEMA sejam utilizados para custear a folha de pagamento de alguma espécie. Não temos ainda, mas a lei já tem esta possibilidade.

E aqui também é a outra grande mudança. Até, então, nós tínhamos no final de cada exercício a capitalização do FEMA sem que o superávit fosse repassado para a Secretaria da Fazenda, isso permanecia no fundo. E agora, com esta lei, o eventual superávit financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício será automaticamente incorporado ao Tesouro do Estado. Então, vai chegar agora dezembro de 2014 vai se encerrar o exercício, vai ser feito o balanço e todo o superávit apresentado pelo FEMA isso passa a ser recurso ao Tesouro. Nós não tínhamos mais como antes, que aquele recurso continuava vinculado ao FEMA e continuava capitalizando e se somando a arrecadação do ano seguinte, do ano seguinte e assim por diante. Foi desta forma que nós conseguimos capitalizar ao FEMA nos últimos com recurso razoável, já na ordem de mais de vinte milhões, e hoje nós não chegamos nem perto disso e quando for recolhido no final do exercício passa a ser fonte do Tesouro. Então, aqui só um infograma dessas principais mudanças. Acabei anunciando, até então, até a edição da lei o FEMA era fonte 250, ou seja, era uma fonte de recurso próprio do IAP, passou a ser a fonte 138 - recurso do Tesouro. Antes nós tínhamos o superávit. O superávit, como eu disse, permanecia junto ao FEMA e agora nós não temos mais o superávit, esse superávit passa a ser da Secretaria de Fazenda. A contabilidade era do IAP e, como nós vimos lá, conforme foi preconizado na lei, face em ter aquela natureza especial contábil, ou seja, a contabilidade não é mais feita pelo IAP, a contabilidade é feita pela Secretaria da Fazenda. E temos aquela situação final das despesas de pessoal, que era uma situação que não era prevista até então e com a edição da lei passou a ser prevista como uma das possibilidades de despesas que podem ser geridas pelo FEMA.

Aqui nós temos um pequeno demonstrativo também da arrecadação do FEMA. O FEMA tem esse histórico, nunca é muito diferente disso, uma arrecadação em média de oitocentos, novecentos, mil reais até um milhão de reais. Mas sempre é uma média de oitocentos e cinquenta a mil e assim vem se comportando no decorrer desse exercício de 2015. Então, nós temos ali os três polos de geração de receita dentro do FEMA. Aqui nós temos a receita que é gerada com os autos de infração, com as multas ambientais. Essa é uma conta específica, uma conta só para o recolhimento dos autos de infração, temos uma conta específica para a ação civil pública, é uma segunda conta e a terceira e última conta que é a conta relacionada à execução fiscal. Então, todo o recurso

recolhido com a execução fiscal fica nesta conta. Ali nós temos a arrecadação mês a mês dessas três contas, totalizando até agora, final de setembro, todo final de mês nós fazemos uma apuração, já da receita, a última receita apurada foi do mês de setembro que totalizou novecentos e noventa e seis mil e alguns meses a menos, como eu falei, seiscentos mil em janeiro, março, quando não tem muito movimento ainda e depois isso passa a crescer e dar essa média que eu falei entorno de oitocentos e cinquenta mil reais. Ou seja, então até setembro o FEMA já arrecadou sete milhões e quatrocentos. Esse quadro, eu procurei consolidar algumas informações, com o advento desta lei 18.275 foram abertas essas mesmas três contas que eu falei que hoje existem no IAP, que é a conta pra recolher a receita dos autos de infração da execução fiscal e da ação civil pública. Essas três contas foram abertas na Secretaria da Fazenda para fazer o mesmo tipo de recolhimento. Com relação à execução fiscal e da ação civil pública, o IAP já repassou para a Secretaria da Fazenda um milhão, setecentos e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e dois centavos a título de receita da execução fiscal e quase novecentos e dez mil e quinhentos reais da ação civil pública. Isso já foi passado para a Secretaria da Fazenda, com depósitos encaminhados e informados pelos ofícios em questão, e hoje nós temos ainda, na conta do IAP, cinco milhões, duzentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta e um reais que é ainda o recurso advindo dos autos de infração ambiental. Esse recurso continua no IAP para resguardar as despesas de resto a pagar do FEMA. Como o FEMA ainda tem restos a pagar ainda não deduzidos, empenhos que ainda não foram baixados por algum motivo, vai ser feito agora toda a dedução do resto a pagar. O que superar a despesa com resto a pagar, vai ser de igual maneira à execução fiscal e a ação civil pública, também repassado isso para Fazenda.

Eu coloquei no rodapé da apresentação, não podemos esquecer também que nós tivemos no exercício anterior recolhido mais de oito milhões e quinhentos mil pro SIGEF. Isso também era recurso do FEMA. Então, foi aí que o FEMA também começou a descapitalizar, seja com o SIGEF seja com o pagamento do serviço que nós tivemos de coleta de lixo, varrição de rua que foi em torno de doze milhões e meio. Só nisso o FEMA disponibilizou para o Governo do Estado mais de vinte milhões de reais.

O FEMA é administrado pelo IAP, claro, e nessa administração do IAP está baseado no Conselho da Administração. O Conselho de Administração do IAP está previsto no regulamento da instituição, que é um regulamento que já tem a proposta na Secretaria do Planejamento de um novo regulamento, mas o regulamento em vigência é o regulamento previsto no Decreto 1.502/92. E no presente decreto nós temos a figura

do Conselho de Administração que seria a unidade organizacional máxima dentro do Instituto Ambiental do Paraná e que hoje este Conselho de Administração é composto por cinco membros: Secretário de Meio Ambiente, como Presidente, o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Procurador Geral do Estado, o Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento e um representante dos funcionários que é eleito pelo quadro de servidores dentro escrutínio e de leis regimentais, isso tudo já preconizado em atos próprios da administração. Hoje nós temos esse representante dos funcionários que é o Gerson Jacob que também compõe, com as demais autoridades, o que seria o Conselho de Administração.

Este Conselho de Administração, como vocês poderão ver no slide seguinte, tem como principal atribuição vinculada ao FEMA aprovar previamente planos e programas de trabalho bem como o orçamento de despesas e de investimentos e suas alterações significativas e balanços e demonstrativos de prestação de contas e aplicação de recurso orçamentário e extraorçamentário e promover o controle contábil e legitimidade sobre os atos administrativos relacionados com as operações da entidade. Ou seja, este Conselho de Administração fica responsável pela aprovação, quer seja do Plano de Aplicação, das metas que foram produzidas para a utilização desse recurso. Então, é ele que tem a competência para deliberar acerca do Plano de Aplicação, é esse mesmo Conselho que tem a competência de fazer a contraprestação, de fazer acompanhamento da prestação de contas. É claro que as contas do FEMA, como qualquer conta pública, deve obedecer e observar os demais diplomas legais. Ou seja, então as contas do FEMA também são submetidas ao Tribunal de Contas que sempre emite um acórdão anual aprovando essas contas do FEMA, mas também isso compete ao próprio Conselho de Administração assim como comprovar a legitimidade e fazer o controle contábil de todos esses atos administrativos, de todas as transações advindas desses planos, programas e projetos que estão previstos no Plano de Aplicação do FEMA.

Aqui nós temos uma cópia que é do que foi o último Plano de Aplicação do FEMA. Isso está vigorando desde o final de 2014, deverá durar até a próxima reunião do Conselho de Administração. Aqui nos temos todas as metas que foram descritas e que seriam promovidas e executadas com recursos do FEMA. Então, como eu disse, todas elas têm vinculação àquelas atribuições, nós temos como primeira meta as despesas correntes da Sema e dos seus programas de Governo, isso na ordem de cinquenta mil. Então, vocês poderão acompanhar, claro, até pelos valores definidos que tem a sua grandeza, a sua prioridade em cada Plano de Aplicação.

Então, nós tínhamos educação ambiental também cinquenta mil reais, Verão Paraná já tínhamos a previsão para doze milhões para a execução do serviço de limpeza e varrição, na operação verão, no Projeto Verão Paraná. Nós tínhamos antes, foi agora corrigido na última reunião do Conselho de Administração que promovida em meados de junho deste ano, nós tivemos poucas alterações em relação ao Plano de Aplicação. Então, infraestrutura do IAP, nós tínhamos uma proposta anterior de quatro milhões passou para uma proposta de menos de seiscentos mil reais para dotar, reconstruir, reequipar e reestruturar a infraestrutura do IAP. Nós temos, como próxima a meta, o Cadastro Ambiental Rural na faixa de seiscentos mil reais, gestão da qualidade do ar quatrocentos mil reais, ou seja, manter, operar oito estações de monitoramento da qualidade do ar da região metropolitana de Curitiba. Ou seja, já baseada nessa licitação com recursos do Bando Mundial das estações de monitoramento de ar. Nós tínhamos como a sétima meta a recuperação de áreas degradadas na faixa de um milhão de reais e assim nós vamos seguindo com este Plano de Aplicação com recursos destinados à questão do convênio com o Batalhão da Polícia Ambiental, pagamento de PASEP, monitoramento e qualidade de água, programa de regularização ambiental que está vinculado aos viveiros do IAP, demais despesas correntes do IAP, programa de reversão do passivo ambiental. E, mais adiante, nós temos laboratório de Curitiba que são insumos que são utilizados nos laboratórios de Curitiba, Londrina e Toledo. O que estava previsto a ser disponibilizado com a descentralização do licenciamento ambiental e essas últimas despesas foi a meta 916 e meta 917 que foi dessa última conjuntura do Governo do Estado, onde foi necessário aportar recursos do FEMA para fazer frente ao contrato que o IAP tem com a Paraná Projeto para a gestão de unidades de conservação, no caso hoje do Parque Estadual de Vila Velha e também para custear o contrato com a CELEPAR que hoje envolve os módulos do sistema de gestão ambiental, que é praticamente o carro-chefe hoje dos planos, projetos e programas do IAP.

E, senão estou enganado, João, terminamos. E como eu falei, não tinha um eixo exato, um eixo específico da abordagem, resolvi dar um panorama geral do que é o FEMA lembrando desde parte do embasamento legal, do diploma legal, o decreto que criou, passamos pela arrecadação para todos terem dos valores que são arrecadados. Conseguimos elucidar, quem sabe, quem tinha essa dúvida de onde está o FEMA, se está no IAP, se está na Fazenda, nós vimos que os recursos do FEMA pode sim continuar sendo utilizado dentro do meio ambiente, deve ser revertidos para esses planos, projetos e programas, porém a contabilidade, a gestão desse recurso, até que isso

venha para o gráfico orçamentário, está na Secretaria da Fazenda como fonte de recurso de Tesouro, não mais fonte própria, e passamos depois para o Conselho de Administração, como eu disse, que é o grande órgão gestor e deliberador das questões do FEMA e, por fim, o plano de metas.

Então, deixo aberto às perguntas, quem tiver alguma dúvida, se alguém quiser fazer alguma consideração a ser feita deixo aberta a palavra.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- O Sílvio pediu a palavra.

O Sr. Conselheiro Sílvio Barros (SEPL):- Eu estou um pouco preocupado, para dizer bem a verdade para vocês hoje estou na reunião por causa disso. E já que nós da Secretaria fazemos parte do Conselho, eu penso que algumas medidas precisam ser tomadas em relação ao que aconteceu e ao que pode vir a acontecer. Do jeito que está aí não haverá superávit, ao contrário do que foi previsto aplicar, nós não teremos recursos para cobrir o que está previsto. Confere? Tem uma previsão de vinte e um milhões temos cinco milhões no caixa não vai aparecer mais...

O Sr. Ilton Ferreira Mendes Júnior (IAP):- Desculpe, Secretário Sílvio, fazer essa colocação interrompendo desde já a sua fala. Aqueles doze milhões estavam previstos, mas uma vez previstos eles não são baixados do Plano de Aplicação. Então, aqueles doze milhões já foram liquidados, já foram empenhados e pagos. Então, saiu daquela cota que nós tínhamos na época de vinte e um milhões. Então, isso já foi baixado. Se somarmos a arrecadação, digamos assim, até o final do ano, agora até dezembro de 2015, claro daí teríamos receita, pelo menos em tese, se mantiver a arrecadação para custear aquelas outras despesas que ainda não foram executadas. Algumas delas já foram parcialmente, algumas foram integralmente como a questão do lixo, então isso foi sendo baixado daquele saldo de vinte e um milhões e hoje aquele valor que eu passei ali é um saldo em conta dentro do IAP, mas já tem aquilo que já foi passado para a Secretaria da Fazenda, aquilo que já está sendo arrecadado na Secretaria da Fazenda. Então, a estimativa de receita e despesa no fim das contas é para ser elas por elas, pelo menos em tese dentro da previsão estimada. Era essa a consideração.

O Sr. Conselheiro Sílvio Barros (SEPL):- Eu gostaria de pedir para ver como está esta situação hoje, o que foi pago, o que ainda deve ser investido dentro deste plano, para termos uma noção. Porque o que me parece é que esta Lei 18.375 obriga o fundo a ter um planejamento muito mais preciso do que tinha antes, porque agora o que

entrar vai ter que sair no ano para não perdermos o recurso. Caso contrário teremos arrecadado para um fim e vamos ter este recurso aplicado para outra coisa.

O Sr. Ilton Ferreira Mendes Júnior (IAP):- Sem dúvida.

O Sr. Conselheiro Sílvio Barros (SEPL):- Então, vai exigir da gente um nível de planejamento, de preocupação, de acompanhamento muito preciso para não desperdiçarmos recursos que não há nenhum interesse do Meio Ambiente que sejam aplicados em outra coisa. Vamos ter que fazer este exercício com uma precisão muito maior.

Imagino eu que ao colocara previsão que se possa aplicar esses recursos em folha de pagamento é porque o fenômeno Rio Grande do Sul que a gente está assistindo na televisão, ele é igual para todos os estados do Brasil, é só uma questão de tempo. Alguns vão demorar mais outros vão demorar menos, mas todos caminham nesta direção. Ano que vem, o orçamento que foi entregue pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Legislativa está claramente especificado que as receitas correntes líquidas do Rio Grande do Sul pagam a folha de pagamento sem um centavo de custeio nem de investimento até setembro do ano que vem. De outubro nem para a folha tem.

Nós vamos na mesma direção, nós e todos os outros estados brasileiros, a menos que a gente mude a maneira como nós gerimos hoje e administramos e aplicamos os recursos, porque o crescimento vegetativo da folha de pagamento vai comer 100% de tudo o que se arrecada neste país. Não tem o que fazer. É uma questão de fazer conta e descobrir quando vai acontecer, mas vai acontecer. Então, a gente precisa ter outra estratégia, e estamos tratando disso lá no Planejamento com o governador, para ver se nós apresentamos um modelo de gestão diferente. O Brasil inteiro está indo nesta direção, o Governo Federal já está nesta situação, alguns estados estão numa situação absolutamente crítica, como é o caso do Rio Grande do Sul, e nós queríamos encontrar um jeito em ver se o Paraná consegue achar uma saída para não chegar nisso daqui cinco ou dez anos, porque isso vai ser muito ruim para todo o mundo. Todo o mundo vai ter prejuízo com isso. E não adianta dizer todo o mundo menos os servidores. Os servidores vão ter também, porque lá no Rio Grande do Sul estão pagando a conta. Não estão conseguindo receber, recebem parcelado. Quer dizer, todo o mundo vai ficar no prejuízo inclusive os servidores. Então, precisamos efetivamente buscar uma saída, mas ao colocar isso na lei já fica sinalizado que a intenção é que aconteça com o FEMA o que já acontecem com outros fundos. No nosso entender é inadmissível que o fundo Paraná de Ciências e Tecnologia, dos 2% que arrecada de todo o ICMS do Estado, gaste

1,5% para pagar folha. E fica 0,5% só para investir em Ciências e Tecnologia e inovação. Nós estamos matando o nosso futuro. Se a gente não investir em inovação a nossa probabilidade de disputar e ser competitivo no mercado vai por água abaixo. Então, nós não devíamos permitir que isso chegasse a esse ponto. E uma das formas de evitar é criteriosa aplicação do recurso acompanhamento e planejamento de como a gente vai usar isso.

Uma coisa que me preocupa e eu queria ouvir um pouco da sua posição, é toda aquela lista que você colocou de objetivos para aplicação dos recursos nem todos estão contemplados aí no Plano de Aplicação. Quem elabora o plano de trabalho? Como é feita a priorização, de quais desses componentes que estão na lista vão efetivamente parar na lista que vai ser aplicado o recurso? Como funciona isso?

O Sr. Ilton Ferreira Mendes Júnior (IAP):- Acho bem oportuna esta colocação com relação às despesas de pessoal. Essa também é uma preocupação nossa, do IAP, do Tarcísio, tenho certeza que o Secretário Ricardo, tanto é que já fizemos mais de um expediente pra Secretaria da Fazenda alertando sempre as despesas de pessoal que o IAP tem e não normalmente a cota disponibilizada pela Secretaria da Fazenda, ela cobre integralmente nossas despesas de pessoal. Então, constantemente alertamos a Secretaria da Fazenda justamente já tentando ganhar espaço para que não venha esta situação ser gerada de tentar cobrir despesas de pessoal com recurso do fundo, porque, claro, nós também temos a essa visão que devemos aplicar isso conforme previsto em lei, nos planos, projetos vinculados ao meio ambiente e não com despesa com pessoal. É uma preocupação nossa sim.

Quanto ao desenvolvimento do Plano de Aplicação, eu já estou no IAP há algum tempo e isso já teve diversas formas de deliberação, alguns desses planos de aplicação pretéritos desenvolvidos pela Diretoria Administrativa Financeira, alguns em conjunto com todas as Diretorias Técnicas do IAP. Esse último que o nosso Plano de Aplicação nove, que foi aprovado lá no final de 2014 e depois foi revisto neste último Conselho de Administração em junho deste ano, foi desenvolvido com base nas premissas desenvolvidas pelos planos e projetos que estão previstos no plano de Governo e que são afetos a cada Diretoria Técnica do IAP. Então, cada Diretoria Técnica desenvolveu alguns desses planos e submeteu numa reunião de Diretoria essa deliberação nós tínhamos esse Plano de Aplicação que foi alçado e submetido ao Conselho de administração. Então, o Conselho de Administração acaba deliberando favorável com relação até aos patamares, aos valores fixados para cada meta, mas como a

administração é do IAP o IAP internamente acaba estipulando as prioridades, quais são as áreas técnicas, quais os programas e projetos que estão vinculados ao planejamento futuro ou do futuro do ano seguinte, isso passa de ano para ano e assim é feito e assim foi feito com este último Plano de Aplicação nove e que depois é submetido, como eu disse, a deliberação para o Conselho de Administração. Então, é feito internamente isso.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Só complementar. Na reunião que ocorreu em junho, o que nós avaliamos ali, Sílvio, é que primeiro tem compromissos do exercício anterior ainda que têm que acertar não todos, porque alguns vão ser cancelados, não é isso? Foi o que vocês me explicaram.

O Sr. Ilton Ferreira Mendes Júnior (IAP):- Sim.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- E dada a situação que ainda estava numa estabilidade bastante grande, sem a certeza de cumprir com todos os compromissos, principalmente do sistema Sema ou IAP que tem um maior volume de despesas do conjunto, optamos em fazer o ajuste que tinha que ser feito para manter o Parque de Vila Velha em funcionamento, fazer os aportes necessários para pagar o pessoal de lá que são terceirizados e pela Paraná Projetos e na sequência, quando tivéssemos uma base mais sólida de informações, o que tinha de receita, como iria funcionar, fazer uma nova reunião para projetar o final deste exercício e já uma previsão para o exercício de 2016. Até desaviso o nosso orçamento de 2016, que agora a gente já tem, já sabe e que é bastante positivo comparado aos exercícios anteriores.

Nesta perspectiva eu entendo que a gente vai poder fazer o Plano de Aplicação de 2016 muito mais voltados a projetos, a ações que realmente alavanquem um conjunto de novas iniciativas do IAP ou da área ambiental do Estado e reduza a participação nas despesas correntes. Ou seja, no dia a dia da instituição, porque orçamento para 2016 foi melhorado. Esta é a boa notícia que a gente tem. Se a arrecadação continuar desta forma, e concordo contigo no sentido de ter uma precisão bastante grande no que vai ser feito, ter uma dinâmica em poder fazer a execução e as adequações necessárias ao longo do ano para que não gere superávit.

Eu creio que os artigos 1º e 2º que, quando fala da folha, ele coloca separado até porque o entendimento está corretíssimo. A prioridade foi para o que ele foi criado, mas abre a possibilidade de lançar mão para pagamento de folha e outras despesas. Ou seja, num aperto grave ele vai buscar o dinheiro nos fundos. O melhor é que não tivesse isso,

mas eu entendo que dada à situação econômica do estado que melhorou e se fizermos um plano de aplicação bem preciso e uma boa execução no ano seguinte, creio que a gente consiga aplicar naquilo que realmente deve ser aplicado e, volto a afirmar, que deu um ganho de qualidade nas ações, em programas alavancadores e não no dia a dia da instituição.

O Tarcísio pediu a palavra.

O Sr. Conselheiro Luís Tarcísio Mossato Pinto (IAP):- Só para fazer uma complementação. Boa tarde a todos. Na realidade, Sílvia, tivemos a pressa é fazer esta reunião por dois motivos: um era o pagamento pela Paraná Ambiental pelos serviços do Parque de Vila Velha, porque não tinha outra forma, tinha que passar pelo Conselho ou não haveria pagamento. E o segundo foco era o organograma da instituição, onde a gente busca e estamos buscando, deve estar lá no planejamento, que é a criação de uma Diretoria de Proteção Ambiental dentro da instituição que vai cuidar um pouco dessa área dentro da fiscalização ambiental. Então, a gente não tinha outra forma, a não ser fazer isso, senão a Fazenda não conseguiria fazer o repasse do recurso. Bem como o compromisso do estado, onde o próprio Ilton citou no repasse de doze milhões para a Operação Verão do ano passado, compromisso da Fazenda que esse recurso retorne ao fundo novamente assim que o Estado normalizar as suas contas. Eram essas as complementações.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. José Ricardo Soavinski (SEMA):- Alguém mais?

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Primeiro gostaria que você voltasse naquele slide da arrecadação de 2015, por favor. (Pausa). Aí nós temos um quadro do que IAP já fez em termos de 2015. Normalmente percebo que o IAP não gosta de colocar ano, porque ele pode ser usado daqui dois ou três anos o mesmo slide. Então, a minha recomendação é que se colocasse o ano pelo menos para os Conselheiros saberem.

O segundo, o Plano de Aplicação também não tem ano. A gente não sabe, a gente não tem acesso a essas informações desse Plano de Aplicação nove. Você falou uma parte de 2014, de 2015, algumas coisas saíram, acho que seria interessante colocar o ano também nesta tabelinha do Plano de Aplicação, porque a gente fica meio no ar, sem saber quando vai acontecer ou quando está acontecendo.

E o terceiro ponto, eu mencionei isso na reunião passada a falta completa de transparência desse fundo. Se você vai no site do IAP a procura este fundo a última

informação é de 2012, Plano de Aplicação número oito. Então, a sociedade tem todo o direito de saber para onde estão indo os recursos. Agora, muito mais nós Conselheiros de saber como está essa questão do fundo do meio ambiente que você enumerou no segundo slide a série de ações que este fundo deveria atender. Então, a minha recomendação, volto a assistir, é que primeiro atualizar os sites e, segundo, pelo menos a cada três meses o IAP se dignasse em fazer uma apresentação novamente de como vai o fundo, o Plano de Aplicação e o que o próprio Secretário está mencionando a questão da efetiva aplicação desse Plano de Aplicação.

A gente vê lá: cinquenta mil para isso, cinquenta mil para aquilo. O que aconteceu? O que já foi realizado? Qual o saldo dessa conta? Mais ou menos na linha do que Secretário o Secretário mencionou também. Acho importante isso, acho que nós Conselheiros temos todo o direito de saber para onde estão indo esses dinheiros que são arrecadados pelo órgão arrecadador, que é o IAP.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- O Tarcísio vai fazer um comentário.

O Sr. Conselheiro Luís Tarcísio Mossato Pinto (IAP):- Adriano, concordo plenamente com você e não tenho objeção nenhuma de ter essa transparência, até porque acho que a apresentação do FEMA começou a partir de 2012. Antes nem isso era apresentado no Conselho, até onde eu tenho conhecimento do próprio Instituto Ambiental do Paraná. Não vejo problema a gente colocar esta transparência. O dinheiro está aí, é público, ele tem que ser transparente mesmo. Inclusive acabei de pedir para a Joana agora para que solicitasse ao Elias que já colocasse esse modelo nove no sistema. Acabei de pedir para colocar agora. Mas acho que é importante sim, Ilton, vamos colocar por ano, vamos deixar o que for de transparência para justamente não ter essa indecisão: para onde foram esses cinquenta mil? Ninguém está lá para pegar dinheiro do Estado ou para fazer festa com o dinheiro do Estado. Muito pelo contrário, é para se aplicar nas ações que tem que ser aplicada dentro do estado principalmente na área ambiental.

O Sr. Ilton Ferreira Mendes Júnior (IAP):- Tarcísio, e não posso deixá-lo esquecer de que a previsão de colocar um campo muito mais detalhado e mais específico relacionado ao FEMA está previsto no novo layout na página do IAP, que está em desenvolvimento pela Joana e com o Elias, que é o responsável pelo nosso setor da Tecnologia da Informação e com a CELEPAR. É um layout novo que nós

imaginamos que num prazo máximo de sessenta dias, qualquer coisa assim, teremos o site no ar e já estava prevista toda a questão de divulgação do FEMA.

Eu acho as suas considerações oportunas, podem ser pertinentes todas as colocações são muito bem-vindas, acho que é assim que a coisa se aprimora, os trabalhos vão se aperfeiçoando, mas o que não posso concordar sobremaneira é a questão, e acho que é uma perfumaria, poderia fazer constar ali 2015, sem problema algum, não me oponho a isso fazer constar ali no Plano de Aplicação FEMA 09, data tal, arrecadação do ano de 2015, mas não posso acordar com a sua assertiva da possibilidade que o IAP poderia usar isso duas ou três vezes, ano seguidos, aquela transparência, porque aí acho que é uma questão de profissionalismo, uma questão de ética, uma questão de caráter e acho que isso não faz parte da gestão do IAP, penso que da gestão do Tarcísio e do Ricardo, e assim por diante. Tanto é que a reunião está sendo gravada, isso vai ser consignado em Ata. Então, tudo o que foi exposto aqui está relacionado que é 2015. Não vai sobrar dúvida para ninguém quanto a isso. Mas ok., não teria problema nenhum. E a questão da transparência, que não posso concordar também, é que todos esses dados estão disponibilizados dentro do IAP, senão no site, para quem quer que seja, basta requerer como outras entidades, como outras autoridades, como outros órgãos já nos fizeram e isso foi passado sem problema algum. Inclusive para estudantes, pesquisadores, etc. e tal. Então, é uma informação que não é uma caixa-preta, não é uma informação que não tem transparência, está lá a hora que quiser. Mas reconheço as suas colocações, quem sabe da próxima vez, senão eu, quem possa fazer essa exposição, já coloque 2015/2016 para isso ficar bem claro. Obrigado, Adriano.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Creio que foi cumprida a tarefa de apresentação, acho que foi muito oportuno, é bom que isso aconteça, transparência é fundamental em todas as áreas do nosso trabalho, principalmente quando lidamos com recursos públicos.

Eu só gostaria de encerrar este item da pauta, firmando o compromisso de na nossa terceira e última reunião do ano, depois vamos marcar uma data aproximada, pela disponibilidade de espaço, creio que seja no começo de dezembro, embora muitos pagamentos ocorram ao longo do ano, mas podemos apresentar já, do programado, o que foi executado no fundo, né, Ilton, Tarcísio. E aí cumpre não só apresentar aqui a programação e o que foi executado, e aí acho que inicia outro ciclo porque aí ainda tem despesas do ano anterior para pagar, acho que aí pode ir não só da programação mas da

execução, como disse. Ok., já fica o compromisso de apresentar na próxima reunião. Obrigado, Ilton.

O Sr. Ilton Ferreira Mendes Júnior (IAP):- Eu agradeço, Secretário. Muito obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Vamos para o próximo item de pauta. É do CRBio, o Conselheiro Jorge Callado vai fazer a entrega de um documento sobre ações de manejo e mitigação de atropelamentos de faunas silvestres, ele pediu este espaço. Por favor.

O Sr. Conselheiro Jorge Augusto Callado Afonso (CRBio):- Boa tarde, Secretário, boa tarde, autoridades da Mesa, colegas Conselheiros. Na realidade nós, como Conselho Regional de Biologia, como um Conselho responsável por uma categoria profissional, entendemos que a nossa função não é apenas normatizar a profissão ou fiscalizar os nossos colegas biólogos. Mas também analisar algumas questões importantes para a sociedade, para a gestão ambiental e propor algumas soluções e de certa forma trabalhar juntos na construção e na execução de algumas políticas públicas.

Então, dentro desta linha, o Conselho Regional de Biologia do Paraná criou um grupo de trabalho específico, coordenado pela bióloga Braga que aqui está conosco, nomeada por uma portaria nossa, que esse grupo fez uma análise sobre a questão de atropelamento de fauna silvestre nas nossas rodovias, estradas e ferrovias. Para que esse grupo não ficasse apenas com uma visão unilateral ou só contando com a expertise dos biólogos, nós tivemos neste grupo de trabalho integrantes da SEMA e já agradecemos o Secretário Soavinski por ter liberado o pessoal, integrantes do IAP, agradecemos o Presidente Tarcísio por ter colocado a sua equipe trabalhando com a equipe do Conselho, tivemos integrantes do IBAMA, do CRBio, de algumas ONGs, da universidade e também do Centro Brasileiro de Estudos de Ecologia de estradas. Esse grupo de trabalho produziu, como produto principal, uma minuta de resolução ou uma portaria, a definição fica entre o sistema Sema que prevê o diagnóstico dos atropelamentos de fauna, o monitoramento e medidas mitigadoras.

Eu digo para vocês que esse não é só um problema no âmbito da conservação ambiental, mas é um problema no âmbito social e econômico, porque segundo o IPEA, dados do último ano, a cada cem atropelamentos de fauna que ocorrem no país, em média, três vidas humanas são perdidas. Ocorrem óbitos em relação a isso, óbitos humanos, além do prejuízo econômico e algumas pessoas também ficam incapacitadas

para o trabalho. Então, vejam, o problema é muito maior do que acompanhamos pela mídia no dia a dia.

Então, dentro desta linha, informo ainda que o ICMBio criou uma comissão nacional, um grupo de trabalho nacional para tratar dessa situação na qual o Conselho Regional de Biologia do Paraná representa os biólogos, representando também o Conselho Federal de Biologia.

Então, neste momento, eu peço licença para chegar até a mesa do Secretário e fazer a entrega desta minuta de resolução, que espero que dentro do sistema Sema venha a ser aproveitada, trabalhada e o grupo continua à disposição do sistema. Não findaram as atividades, o que for preciso o Conselho Regional de Biologia está parceiro do sistema Sema.

(É entregue a Minuta de Resolução às mãos do Secretário Ricardo Soavinski).

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Obrigado ao Conselho Regional de Biologia, ao Callado. Esse assunto realmente tem que dedicar uma atenção, eu participei dessas discussões em vários estados do Brasil, principalmente quando algumas rodovias cortam, atravessam as unidades de conservação que logicamente o número de fauna é muito maior, em geral ou na grande maioria, e temos casos graves. Eu não sei, mas pelo o que me lembro o Paraná não tinha nenhum caso que fosse destaque nacional, mas logicamente que existem problemas. É um assunto de relevância, obrigado pela contribuição ao Sema. O trâmite é submeter às Câmaras Técnicas e aí vamos ver o resultado das análises nas Câmaras Técnicas para depois retornar ao plenário. Mas é isso. Muito obrigado.

Vamos ao próximo item de pauta, que é uma apresentação breve. A SEMA está trazendo o assunto junto com o IAP, mas de maneira informativa já que temos espaço na pauta, talvez em outras reuniões futuras não tenhamos tanto espaço como hoje, se houverem resoluções para a gente discutir. Então, vamos aproveitar o espaço que temos e conhecer algumas iniciativas e aí convido a Dra. Sueli Ota, nossa coordenadora de biodiversidade da Secretaria, para fazer uma apresentação do que venha a ser o projeto e o que estamos preparando enquanto parques do Paraná. Nós junto com o IAP, e o Paraná Turismo, o Paraná Projeto, o SEBRAE, enfim temos um conjunto de instituições que fazem parte do Conselho Gestor do Projeto proposto. Por favor, Sueli.

A Sra. Sueli Ota (SEMA):- Boa tarde a todos. Cumprimento o Secretário Ricardo Soavinski. Então, a gente vai apresentar alguns dos projetos que vem sendo desenvolvidos na Coordenação de Biodiversidade e Floresta.

O Projeto Parques do Paraná iniciou há quatro meses, foi uma boa ideia que o nosso Secretário trouxe da sua experiência e nós estamos trazendo este projeto para o Estado do Paraná numa concepção nova, para nós pelo menos, dentro de um contexto onde o Estado do Paraná hoje tem 78 unidades de conservação distribuídas em 73 cidades e dessas 34 são parques estaduais e 29 dessas estão abertas à visitação. Nós tivemos uma pesquisa, realizada pelo IAP, que de 2008 a 2013 nós tivemos cerca de 1.330.000 visitantes nessas unidades de conservação.

Então, é um número muito significativo, porém poderá ser muito mais ampliado após esse projeto que a gente vem desenvolvendo.

Então, este é um gráfico de visitação, não vou me ater, porque já falei, e vou entrar diretamente no contexto do Programa Paraná Projeto. A primeira coisa que é um projeto de gestão estratégica onde nós vamos aliar o incremento da conservação da biodiversidade com a educação ambiental e a possibilidade de uma visitação segura e primando pela qualidade do visitante, a comunidade pode encontrar nessas áreas.

Aliado a isso, a gente tem que perceber que os parques têm que deixar de ser muros verdes nas comunidades e nesta perspectiva vamos imprimir o desenvolvimento socioeconômico regional onde temos inclusive a participação de algumas instituições, fazendo toda essa pesquisa de como a unidade de conservação pode capitanear esse tipo de ação do desenvolvimento regional.

Outra questão é a da sustentabilidade econômica e financeira da unidade de conservação, né Tarcísio. É uma dificuldade, sabemos que existem gastos, vocês viram o Ilton falando, quer dizer, como vamos melhorar a condição dessa unidade de conservação em primeiro lugar em ter a atuação para o objetivo que ela foi criada, que é a conservação da biodiversidade. Então, essa é a primeira coisa e depois como as comunidades vão poder se apropriar dessas informações, através da possibilidade do incremento turístico, mas de outras parcerias que podem advir de organizações privadas inclusive, através de outros investimentos. Então, a gente está estudando a forma de implementação de modelo de gestão sustentável que gere renda, emprego, conhecimento científico, preservação patrimonial histórica, lazer a turismo. Então, está claro obviamente que o viés sempre é a conservação da biodiversidade.

Então, aqui estão às estratégias que vamos desenvolver, acabei de citar várias delas: modelagem de gestão.

Modelagem de gestão. Vamos iniciar os estudos, estamos completando agora dois meses no dia 11, onde estamos fazendo os estudos e até janeiro do ano que vem

teremos os estudos completos sobre a Modelagem de gestão. Quais são as possibilidades de um parque, com relação à parceria público-privada, às concessões e a gestão compartilhada com as OSCIP's, que são organizações da sociedade civil de caráter público, e outros potenciais parceiros.

Então, estamos fazendo uma avaliação inicialmente jurídica para ver quais os requisitos necessários e as possibilidades de desenvolvermos essas formas de gestão.

Outro item na implementação é a regularização fundiária. Não se pode fazer ação numa terra que não é nossa. Estamos fazendo essa avaliação para nos situarmos quais áreas que ainda existem necessidades de ter ação para regularização econômica fundiária.

Nós estamos avaliando todas as unidades de conservação com relação à infraestrutura, as equipes de apoio, a capacitação e os planos de manejo. Todas as unidades de conservação que estão sendo avaliadas, e já vamos colocar a lista aqui, têm o plano de manejo que é o documento norteador técnico-científico onde orienta todas as ações dentro de uma unidade de conservação, o que pode e não pode numa unidade de conservação. Então, este é o elemento primordial para que façamos algum tipo de planejamento numa ação futura em relação às modelagens.

Diagnóstico. O Paraná Turismo, a Secretaria de Turismo está nos auxiliando a fazer este diagnóstico do entorno das unidades de conservação onde estamos levantando todas as infraestruturas públicas e privadas, principalmente com relação às rotas e os roteiros de turismo. Então, o que temos nas regiões e vão facilitar ou poderão ser incrementados até no sentido de capacitação para que eles possam, no projeto, também desenvolver os roteiros paralelos. Então, não é só um mecanismo para a unidade, mas para todo o seu entorno. E a questão dos mecanismos financeiros, como vamos gerir esses processos todos com relação à questão financeira.

A questão de informação e educação ambiental é fundamental, inclusive para que a sociedade se aproprie da informação das unidades de conservação como parques parte do seu contexto municipal. Então, vai ter um portal de informação detalhando esse projeto e todas as estruturas do parque. Mesmo que hoje já exista no portal do IAP vai ter um portal específico para os parques do Paraná, que vai possibilitar o conhecimento das trilhas, do período de visitação, as capacitações para as instituições que estão fazendo parte desse contexto. Nós temos uma série de materiais impressos, já temos uma cartilha, esqueci-me de trazer para vocês, mas na próxima reunião trago para vocês conhecerem. E o programa de educação ambiental e sensibilização que já foi citado

inclusive no início, onde o Projeto Parque Escola junto com a Secretaria de Saúde. Então, vai-se desenvolver essas atividades dentro dos parques, fazendo com que as escolas utilizem os parques como estudo de meio.

E o Programa de Voluntariado que é um programa que já foi desenvolvido em outros tempos no IAP e deu muito resultado positivo, e estamos revivendo, através de um programa de treinamento e capacitação com padronização de equipamentos, etc.

Foram selecionados quatorze parques para desenvolvermos esse projeto e quatro são os que estamos inicialmente dando *input* maior de ação junto com uma instituição chamada SEMEA, que é uma organização da sociedade civil de São Paulo. Nós fizemos uma parceria e eles estão nos orientando e nos auxiliando a fazer esses estudos, através de um termo de cooperação, não havendo envolvimento financeiro.

Então, o Parque Estadual de Guartelá, Ilha do Mel, Mogi e Vila Velha foram selecionados para este momento. Todas as unidades de conservação, aqui colocadas, tiveram os critérios de seleção na lateral. Então, analisamos a atratividade, da demanda de visitação, os planos de manejo, a infraestrutura, regularização fundiária e as formas de acessos.

A partir desses quatro modelos iniciais, nós vamos replicar algumas questões para as outras unidades, de acordo com suas especificidades. É um projeto grande, com muitas instituições, são todos esses nossos parceiros. Nós estamos fazendo a liderança no sentido de capitanear as ações, Secretário Ricardo, mas o IAP, que é o órgão executivo, está totalmente à frente das execuções a campo. E nós temos os Institutos SEMEA, ITCG com a Gislene fazendo toda a parte de cartografia e análise fundiária, a Secretaria de Planejamento com toda a avaliação nas formas de concessão, a Secretaria de Turismo que é a análise do entorno, o Paraná Turismo, o Paraná Projeto com a análise de dentro da unidade, o olhar para dentro da unidade de conservação, a Secretaria de Cultura com relação a questão histórico-cultural, SEBRAE, Fecomércio sobre as questões de como isso pode virar um negócio para os empreendedores locais e o Ministério Público também.

Nós temos um termo de cooperação com todas as instituições onde as atribuições de cada um estão definidas. E nós temos, para vocês terem uma dimensão de todo o processo, semanalmente, todas às segundas-feiras à tarde, às 14h30min, nós temos uma conversa entre todos os atores. Imaginem todos conversando por telefone, uma coisa enlouquecedora, Secretário Ricardo, mas que vem funcionando, o Ivan está

aqui para confirmar. E já temos um parecer jurídico elaborado e entregue inclusive com a questão da regularização fundiária. E os demais estão saindo no prazo acordado.

Hoje nós temos uma equipe a campo que veio de São Paulo, junto com a equipe do IAP, que está no Mogi e amanhã estará no Guartelá. Visitamos já a Ilha do Mel e Vila Velha para justamente obter a percepção do nosso projeto com relação as lideranças e dos atores locais. Então, eles estão também sendo contatados para mostrarmos a transparência de todo esse processo.

Aqui está o mapa do Estado do Paraná, onde estão localizados os parques. Aqui é só uma vista geral para todos, porque alguns podem não conhecer, mas não vou detalhar, mas o parque Guartelá, Ilha do Mel, a Gruta Estadual do Mogi que é aqui na Lapa, Vila Velha, Parque Estadual de Amaporã, Parque Estadual da Abaitaca, Campinhos, Parque Estadual do Cerrado, Mata dos Godoy, Parque Estadual Lago Azul, Parque Estadual Pico do Marumbi onde lançamos o projeto, Pico Paraná, Rio da Onça que fica em Matinhos, São Camilo e as imagens da biodiversidade.

Eu imagino que muitos não conheciam os parques, nós temos tantos parques estaduais, municipais também. Então, faço um convite a vocês, agora vai chegar época de férias de verão, vão conhecer os nossos parques Rio da Onça que é em Matinhos, que é em nosso balneário, está tão pertinho e às vezes a gente não conhece.

Então, são essas joias que nós temos que nós queremos incrementar e melhorar para que elas se tornem não apenas polos de conservação de biodiversidade, mas que as comunidades se apropriem dessa riqueza que nós temos no Paraná. Muito obrigada. (Palmas).

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Obrigado, Sueli. Como eu disse, era mais informativo, mas se alguém quiser conhecer com mais profundidade, pode nos procurar, nós da SEMA e do IAP. Nós temos um livrinho, pena que não trouxemos para distribuir, todas essas informações estão numa publicação que fizemos agora para o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Mas, como a Sueli disse, a intenção é ter essas unidades, elas foram criadas como parque. Como está na legislação, parque tem também o objetivo de visitação pública. Ou seja, visar o desenvolvimento com consciência ecológica, para as pessoas, famílias terem boas experiências em busca da valorização da biodiversidade, das belas paisagens pela população.

Nós temos mais do que obrigação de abrir e abrir com segurança para a biodiversidade que está ali colocada, mas também para a segurança das pessoas

também, com bons programas interpretativos. Enfim, para que realmente mexa com a consciência, com a alma das pessoas ao visitar essas unidades.

Nós temos no Paraná um dos parques mais visitados do Brasil, um parque nacional mas está em território paranaense, que é o Parque Nacional do Iguaçu, que é um orgulho de todos nós paranaenses. Funciona muito bem. Então, não precisamos ir para muito longe para ver modelo de gestão. E aqui no Paraná a gente tem vários parques estaduais que estão bem estruturadinhos, às vezes uma estrutura singela, mas nem sempre precisa de uma megaestrutura. Não é nada disso, precisamos de bons serviços, bons cuidados, zelo e muitos dos que tenho visitado tenho encontrado isso, estruturas singelas, mas bem cuidadinhas, limpas, boas. O que está faltando é ser valorizada um pouco mais, divulgar, ter mais pessoas capacitadas para receber o visitante, alguns modelos de gestão que não tragam o operacional tanto para dentro do Governo ou o Governo dentro do operacional e que a gente possa fazer isso, utilizando empresas ou parceiros sem trazer a conta toda, como o Sílvio estava falando que daqui alguns anos não sabemos o que vai virar em termos de pagamentos de folha. Mas, enfim, é em busca do melhor serviço e a melhor proteção a essas unidades no nosso Estado.

E aqueles quatorze são os quatorzes da primeira etapa, espero que a gente implemente rápido e possa fazer em todos e criar inclusive novos parques em nosso Estado. Tem muitos municipais também que estão sendo criados, que temos apoiado com o dinheiro da compensação ambiental. O Estado repassa parte disso para os municípios, além do ICMS Ecológico e a medida em que a gente vai abrindo esses parques para visitação é mais um motivo de os municípios se engajarem mais ainda nessa linha de criar, implementar parques municipais também.

É uma coisa meio óbvia estar falando, mas infelizmente em quase todo o Brasil poucos parques realmente funcionam bem. Lembro-me uma vez, em alguns governos passados nos Estados Unidos, que falaram em ter um corte forte no orçamento do Governo Federal. A primeira coisa que o Governo Federal, e estavam demorando em aprovar o orçamento do ano, a primeira coisa que o Governo Federal fez e falou: “Se vocês não aprovarem rápido o orçamento, indo gente que nós propusemos, nós vamos fechar os parques” Olha o nível de importância que tem os parques lá, do ponto de vista econômico e de distribuição de renda e de participação. Então, caiu de maduro já, mas vamos lá. São 68 unidades e isso vai crescer ao longo do mandato do atual governador. Isso já negociamos com ele inclusive.

Mas, gente, mais alguns pontos rapidamente e aí vamos para o encerramento.

Os pontos que estão na pauta, acho que eu passei por eles rapidamente no começo, com a exceção de um deles. Nas próximas reuniões podemos ir detalhando cada um, como fizemos hoje com os parques do Paraná, podemos pegar os outros tópicos e ir apresentando aqui, se for interesse dos Conselheiros.

Mas tem um ponto aqui, o Parque Municipal de Irati que está em processo de criação, depois de uma negociação entre município e representantes da comunidade e a empresa que ia e vai fazer o empreendimento, só que de menor porte hoje - só para dar um retorno, acho que muitos acompanharam isso inclusive pela imprensa, depois de uma longa negociação entre Estado, município que teve uma postura muito interessante e dos empreendedores, vai ser criado um parque no entorno de 60 a 70% da área que estava previsto para o empreendimento e o empreendimento logicamente vai ser menor.

Então, será criado um parque municipal, a prefeitura está estudando uma forma de pagar a parte da área e depois de fazer os investimentos previstos. O projeto está sendo detalhado também e nós, IAP, SEMA e outras instituições estamos ajudando tecnicamente no detalhadamente.

Mas, enfim, era mais um informe geral, já que o assunto foi bastante noticiado. Os outros assuntos, como eu disse, podemos falar com mais detalhes nas próximas reuniões.

Por favor, Conselheira.

A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Você falou sobre o Parque Municipal do Irati, nós inclusive encaminhamos ofício do CEDEA, a princípio era uma área de cento e quarenta hectares, senão me engano, e aí tinha sido feito um acordo de ficar pela metade, setenta hectares. Aí a gente entrou com um pedido, um recurso, tem ação civil pública também tramitando em relação a isso, e nós tínhamos encaminhado um ofício para a Assembleia Legislativa e para o Ministério do Meio Ambiente solicitando que fosse feito um parque municipal com toda a área, se possível um parque estadual, um parque nacional pegando toda a área, que é o que a população quer.

Essa semana nós recebemos uma resposta do Ministério do Meio Ambiente onde colocam que uma unidade de conservação federal tem que ser maior do que isso, mas que também uma unidade de conservação municipal não pode ser tão pequena, para ser só metade da área. Então, a nossa reivindicação continua sendo de que seja aproveitada a área integral para a unidade de conservação municipal, uma vez que é uma área

pequena. Se dividir pela metade nem caracteriza uma unidade de conservação do município sendo muito pequena.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Dona Laura, quando iniciamos as tratativas com o município, nós pedimos para fazer uma avaliação da área. A área, para a nossa surpresa, era muito menos conservada do que era demandado, embora que qualquer área pode ser recuperada. Pode ser recuperada, sem dúvida! E o empreendimento proposto é passível de licenciamento, tanto é que já tinha uma etapa do licenciamento cumprida.

Então, ali, para ter uma reversão deste processo - e mais um detalhe, não só para um parque federal, logicamente que aquela área é inviável, mas para a estadual ela também é muito pequena, é até urbano, uma área urbana, para o municipal pode ser de diferentes tamanhos. Nós temos parques municipais, aqui dentro de Curitiba mesmo, de vários tamanhos, pode ser em área rural como tem alguns parques em áreas urbanas ou periurbana, enfim. Então, a prefeitura tentou ir no máximo do que era possível, e como o parque a destinação é municipal ficou muito de o próprio município tomar a decisão final.

Nós entramos para ajudar no processo, até porque o município inicialmente deu o aval para o empreendimento em toda a área, depois da nossa intervenção e conversa com o município, com os empreendedores e tal, conseguimos uma negociação para ter um meio termo que viabilizasse um parque para a comunidade, que protegesse principalmente o curso d'água que tem e aí o empreendimento abriu mão daquela parte. Então, pode ser tentado mais do que isso, mas não tem nenhuma lei que obrigue a fazer isso, porque o empreendimento é viável na área, da mesma maneira que um parque é viável na área. Então, foi o que se conseguiu entre uma negociação entre as partes. Então, se conseguir mais do que isso, ótimo! Agora, temos que ver se o município tem capacidade financeira de bancar a área toda. Sei que o município foi falar com o Ministério do Meio Ambiente, até o pessoal de gabinete da Ministra me consultou também, eu disse que é interessante se eles conseguirem algum tipo de apoio. Mas eles também não têm recursos para investir ali, a área não é barata para indenizar. É uma área privada. Então, não é barato. E o que se buscou foi um meio termo, até porque a área que será usada realmente para ser um parque ia ser recuperada. Então, o empreendimento tem realmente viabilidade. Foi uma equipe da SEMA junto com o IAP para lá, fizeram todo o levantamento, tem relatórios, até foi isso que nos subsidiou na intermediação que nós fizemos entre município e empreendedor. E conseguimos um

final que não atende a demanda de parte da comunidade que quer o todo, mas, de qualquer maneira, será feito um parque ali que não seria feito. Agora, se conseguir de alguns outros meios que seja toda a área, ótimo! Sem problema! Melhor ainda! Ok.

Vamos em frente.

Informações das Câmaras Temáticas, rapidamente Sueli Ota da Câmara de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental - proposta de resolução sobre plantio de araucária e prioridades da Câmara Técnica.

A Sra. Sueli Ota (SEMA):- Vocês vão me desculpar, mas vou ler cada item porque tem que ser à risca. Então, a Câmara Técnica de Biodiversidade, Biomas e Educação ambiental tem as seguintes prioridades: 1) Tratar o Código Florestal Brasileiro: Conhecer a nova proposta do Código Florestal, principalmente sua aplicação na área urbana e acompanhamento do CAR; 2) Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica: Discutir a lei da Mata Atlântica e seus decretos, bem como a elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica; 3) CONAMA 369/06. As excepcionalidades no uso das APP's - Área de Preservação Permanente: Discutir a Resolução no âmbito das decisões de Conselho de Meio Ambiente. 4) Criação do Programa Estadual de Educação Ambiental: Alinhar os diferentes encaminhamentos quanto a Educação Ambiental realizado pelas instituições que compõem o órgão gestor da Política Estadual de Educação Ambiental. 5) Situação dos agricultores familiares presentes nas APA's - Áreas de Proteção Ambiental: Os agricultores familiares que têm suas propriedades dentro de APA's não são orientados quanto aos objetivos da APA e suas possibilidades de atividades. 6) Política Estadual da Biodiversidade: Situação dos mananciais do Paraná; Manejo e implantação das unidades de conservação (sobreposições de UC); Controle de espécies exóticas; Proteção do patrimônio natural e cultural paranaense; Incentivos econômicos para a conservação da biodiversidade; Mecanismo de proteção de biodiversidade; Proposições e normatizações para plano de ações das espécies da flora ameaçada. Todos esses elencos de questões serão tratadas e foram elencadas junto aos representantes da Câmara Técnica de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental. Alguns vieram da gestão anterior, foram analisados, passados para essa gestão com a agregação principalmente do item seis em diante, foram agregados a partir desta nova gestão. Acho que é só a leitura, Secretário, porque é uma decisão da Câmara.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Obrigado, Sueli. Isso foi o que a Câmara Técnica definiu, como

prioridades, a título de informação. Eu gosto de ver as coisas, acho que todos nós, no tempo que serão feitas mas é um pouco difícil de fazer, até porque precisaria abrir um grupo de trabalho e pelo regimento só podemos abrir dois de cada vez, por Câmara. E já tem um aberto, então poderia até abrir mais um, enfim, espero que escolham bem ali dentre as prioridades e tenham bastante êxito em apresentar aqui, o mais rápido possível, os resultados da Câmara.

A Sra. Sueli Ota (SEMA):- Desculpa, Secretário, esqueci de responder uma pergunta. Nós formamos um GT para discutir a questão da araucária, este GT já veio formado de dois anos, foi elaborada uma política de uso da araucária onde foi avaliada pela Câmara Técnica e concluído o trabalho deste grupo. Abriu-se, então, um novo grupo e já estão na terceira reunião e estão desenvolvendo a política de conservação para a araucária para que esses dois instrumentos sejam trazidos concomitantemente. Acredita-se que até o final do ano, ou antes até, esteja pronto esse documento de conservação de floresta da araucária. Obrigada.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- A proposta é poder trazer para a próxima reunião. Tomara que a gente consiga.

Próxima Câmara Técnica é a de Economia e Meio Ambiente, Conselheiro Carlos Belz, por favor.

O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Belz (CRMV):- Boa tarde. Só resgatando o histórico da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente, estou na terceira gestão desta Câmara, participando desta Câmara Técnica e ao longo dessas três gestões tínhamos uma lista muito grande de temas e, de fato, não conseguimos trabalhar com quase nenhum desses temas ao longo dessas três gestões completas já.

Então, o que fizemos na reunião passada da Câmara Técnica foi filtrar esses temas e decidimos diminuir bastante e trabalhar com temas que sabemos que podemos conseguir fazer alguma coisa de mais efetiva no decorrer desta gestão que segue.

Então, definimos três temas e ficaram em abertos, nas discussões da Câmara Temática, novos temas que podem ser inseridos ao longo do caminho conforme os membros da Câmara Temática decidam por novos temas.

Mas os temas que ficaram inicialmente como prioritários foram: Prevenção, controle e monitoramento de espécie invasora. Este é um tema que a gente já vinha trabalhando anteriormente. Na gestão passada já foi criado um grupo de trabalho, trabalhamos por um ano com reuniões mensais. Nós tivemos, ao longo da gestão

passada, doze reuniões com esse grupo de trabalho onde elaboramos uma proposta de resolução sobre o controle e monitoramento e prevenção de espécie invasora no Estado do Paraná. Trouxemos essa proposta de resolução para o CEMA e, na gestão passada, houve algumas discussões sobre o conteúdo da resolução. Essa proposta voltou para o GT e agora, este mês ainda, vamos convocar o GT de volta para ajeitar essas contribuições que vieram aqui dos Conselheiros e a ideia é que possamos submeter de novo, aqui no CEMA, essa proposta de resolução. Tomara que consigamos isso na próxima reunião ou numa que a gente consiga colocar.

O segundo tema que elegemos foi a questão do *fracking*, fraturamento hidráulico para a exploração de gás e petróleo. Esse é um tema bem polêmico que está em voga. Acho que esta semana terá leilão para algumas áreas no Brasil, e no Paraná tem uma liminar que proibiu momentaneamente esse tipo de exploração. A Câmara Temática decidiu que precisa de mais informações sobre este tema para deliberar alguma coisa ou para propor alguma ação efetiva aqui dentro do Conselho. Hoje de manhã inclusive nós tivemos uma palestra com um professor aposentado da UFPR e, na nossa próxima reunião da Câmara Temática, vamos continuar tendo outras palestras com outros especialistas para subsidiar de informações a Câmara Temática sobre este assunto.

E um terceiro assunto que é recomposição das reservas legais com espécies exóticas e nativas, que é um tema também que está bastante em voga, principalmente com a reforma do Código Florestal. É um assunto que também tem a ver com a outra Câmara Temática de Biodiversidade e que podemos estar até conversando ao longo do tempo.

Mas é isso. Definimos esses três tópicos para realmente ter três tópicos que a gente consiga efetivamente fazer alguma coisa.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Laura, por favor.

A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Nós participamos da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente, até na primeira reunião nós colocamos cinco pontos de prioridades e por enquanto só um foi acatado de três selecionados. Mas tem um ponto, que venho insistindo desde ano passado, porque não precisa ser somente pela Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente, mas tanto pela Câmara Técnica de Qualidade Ambiental quanto pela Câmara Técnica de Legislação poderiam também tratar, que é a normatização para o uso dessas mantas de alumínio, mantas metálicas que se coloca em cima de telhado. Isso gera uma poluição

visual terrível. E a própria Polícia Civil e a Polícia Militar no barracão deles na quadra da Santo Antônio com a Rockefeller eles têm isso. E não só no reflexo da luz solar como na questão dos animais, a própria elevação da temperatura afeta também a vegetação que tem próximo.

Então, é preciso, não existe nenhuma norma que discipline isso e precisa ter. É muito complicado. É uma poluição visual que não dá para aceitar. E nós já reclamamos pelo CEDEA para a prefeitura, reclamamos para o IAP, reclamamos para a própria SEMA, já reclamamos para a polícia, já reclamamos para o governador e ninguém faz nada. Antes tinham colocado uma tinta para deixar opaco, sem o brilho do sol, para não entrar o calor.

Ora, que absurdo! Então, façam alguma outra tecnologia que não gere esse tipo de poluição visual. Nós não somos obrigados a ficar sofrendo por esse tipo de poluição. Então, é preciso ter normatização, aí acho que cabe ao Conselho estabelecer, normas para disciplinar o uso dessas mantas.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Obrigado, Dona Laura. Enfim, não adianta fazermos uma lista imensa também e não darmos conta, mas vamos ver como tratamos essa questão aqui no CEMA e como conseguimos priorizar na sequência.

A próxima apresentação é da Câmara Temática de Qualidade Ambiental. Estava previsto para fazer a apresentação o Paulino - Diretor Geral da SEMA, mas o João vai dar a informação em nome dele.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Vou pedir licença para falar aqui da mesa. O coordenador desta Câmara Temática é o Paulino, mas por motivos de agendas não pode estar presente, então vou fazer a apresentação dos temas que foram escolhidos como prioritários dentro da Câmara Temática de Qualidade Ambiental.

Um desses assuntos é a revisão dos procedimentos de licenciamento de resíduos da Resolução 050 e 076 do CEMA, que estão defasadas com relação a novos produtos que entraram no mercado, especialmente a importação de resíduos de outros estados para fins de reciclagem e coprocessamento dentro do Estado do Paraná. Então, têm vários processos que chegam solicitando licenciamento e não consta nesta resolução. Elas estão no limbo, digamos assim, então não tem nenhuma legislação que diga se pode ou não, então fica uma situação complexa de definição. Então, está se estudando a possibilidade de revisão dessas resoluções.

Também a Resolução 088, que é a resolução que trata da descentralização do licenciamento e da gestão ambiental dos municípios, tem no seu bojo a necessidade de revisão a cada dois anos ou sempre que necessário. Mas algumas coisas estão chegando como proposições para inclusão inclusive daqueles anexos das atividades que podem ser licenciados pelo município. Várias estão sendo necessárias as suas revisões.

A Política Estadual de Saneamento, elaborado pelo GT que ainda está em funcionamento dentro desta Câmara Temática e hoje se encontra para análise jurídica da SEMA e virá para este plenário para ser debatida e deliberada.

E também os padrões de lançamentos de efluentes. São parâmetros do CONAMA, já existem esses parâmetros, mas criar alguns parâmetros próprios para as nossas necessidades, nossas potencialidades, nossas dificuldades com relação a esses efluentes dentro do Estado do Paraná.

Seriam essas as prioridades da Câmara Temática de Qualidade Ambiental.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Obrigado, João. Encerrado este tópico da nossa pauta, vamos para o último que é a Tribuna Livre.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Temos inscritos a Conselheira Carmem Leal, Adriano Wild e Professor José Marcelo da UEL.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. José Ricardo Soavinski:- Então, pela ordem, com a palavra Conselheira Carmem.

A Sra. Conselheira Carmem Terezinha Leal (SINDISEAB):- Boa tarde a todos. Na verdade gostaria de continuar o caráter desta reunião que é o caráter de informação e solicitar quatro assuntos que gostaríamos de saber o andamento, principalmente pela Secretaria Executiva, porque não tivemos notícias sobre essas questões.

A primeira questão é sobre a aprovação da moção de criação da Câmara Recursal para a análise final das multas no Estado do Paraná. Isso gerou uma proposta de criação de uma lei que iria para a Assembleia Legislativa e este Conselho aprovou uma moção de apoio.

O segundo ponto. Nós também aprovamos aqui neste Conselho a criação de uma Comissão que analisaria o atual regimento interno do Conselho Estadual de Meio Ambiente e esse processo inclusive já deveria ter sido iniciado. Já se tinha proposta de se fazer um workshop com as entidades que estavam interessadas em discutir o regimento interno em face de vários problemas, inclusive um grande problema que temos é esse, é da Tribuna Livre ficar geralmente para o final da reunião e temos aqui

dois ou três membros e a gente acaba vindo para cá para não discutirmos as questões que a gente considera extremamente importante.

A terceira questão é sobre a reunião de final do ano. O Sr. Presidente colocou que teremos mais uma reunião no início de dezembro do CEMA e tínhamos um acordo tácito, e me parece que inclusive foi aprovado em nosso regimento interno, que essa última reunião do ano cumpre uma reunião conjunta com o Conselho de Recursos Hídricos. Então, a gente teme que, ao mesmo tempo em que a gente goste de ter essa reunião conjunta, os nossos assuntos fiquem prejudicados, porque se tivermos só mais uma reunião, como vamos discutir tantas questões que são extremamente difíceis e têm que ser discutidas? Inclusive havia uma proposta de trabalharmos o dia inteiro para tentarmos vencer todos os assuntos de pauta.

A quarta questão é, para nós do SINDISEAB, fundamental. Nós já tínhamos encaminhado, a nossa luta há 23 anos, sobre a questão do concurso público, mas um concurso público não só para o IAP mas para todas as nossas vinculadas. Sabemos do problema do Instituto das Águas, o problema que a própria SEMA tem de continuidade de ação, porque hoje temos mais de 53 cargos comissionados que são mudados a cada gestão, nesse caso era a mesma gestão, e aí temos várias ações que não são continuadas. Então, entendemos que concurso público é fundamental.

E mais ainda essa questão de transformar o Fundo Estadual de Meio Ambiente, possibilitando o pagamento da folha. Então, gostaríamos de saber como anda inclusive esse processo que já estava na Secretaria, em fase quase final de autorização desse concurso, que seria não só para o IAP, mas para as quatro instituições: Sema, Instituto das Águas, IAP e o ITCG.

Então, são esses quatro temas que gostaríamos de ter informações.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Vou deixar para fazer os comentários no final.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Na sequência, com a palavra o Conselheiro Adriano Wild da Mater Natura.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Eu tenho aqui também quatro questionamentos. A minha primeira proposta é que essa apresentação do FEMA, feita pelo Ilton, fique disponível para nós da sociedade civil.

O segundo assunto é sobre um e-mail da companheira Vânia do ING, ela não pode estar presente, e pediu para que eu transmitisse dois casos. O primeiro deles é sobre a questão do convênio. Ela pergunta: “Secretário, o senhor acha que até o final

deste ano teremos esse convênio com o Batalhão da Polícia Ambiental, ou só no ano que vem mesmo?”

O outro assunto é uma denúncia que ela recebeu essa semana de desmatamento na região de São Sebastião, em Prudentópolis: “Estão retirando monjoleiros e outras madeiras nobres.” Isso vai ao encontro ao desmatamento zero que o Sr. Secretário fez uma referência no último CBUC de ser o guardião desse desmatamento zero aqui no Paraná.

A outra questão é um assunto que também ficou meio esquecido, como falou a nossa colega do SINDISEAB, que é quando o Programa de Inspeção Veicular vai começar a funcionar. Não sei qual a Câmara Técnica está cuidando disso, mas que pudesse fazer uma apresentação no plenário do Conselho sobre esta questão do Programa de Inspeção Veicular.

E outra coisa, repetida às vezes tenho solicitado, consta nas Atas, de que os Conselheiros recebem as informações das questões ambientais, o Secretário e os demais membros como o IAP, ITCG, Águas Paraná, só ficamos sabendo através da imprensa. Precisaríamos criar um canal de comunicação, saiu na imprensa imediatamente os Conselheiros precisam saber. Acho que isso não é difícil, se a imprensa oficial diz que foi no Marumbi com o Secretário, todos os Conselheiros deveriam estar sabendo disso, porque é enviado um convite. Mas têm alguns assuntos interessantes que apareceu depois do CBUC que é de interesse dos Conselheiros do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Esse canal de comunicação precisa ser restabelecido e não é muito difícil, é só criar uma rede e o que sai na imprensa AN Notícias publica e imediatamente os Conselheiros ficam sabendo. Acho que é só.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Com a palavra, Conselheira Laura, sendo muito objetiva.

A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Serei bem objetiva, é sobre o que a Carmem levanta dos servidores públicos. Eu estive ontem no IAP pedindo justamente a fiscalização de uma área no Vale do Ribeira e fiquei impressionada com o acúmulo de processos por falta de pessoal para fazer o atendimento. Então, isso é bastante grave, são mais de mil processos que estão parados por falta de pessoal. Não é porque o pessoal que está lá não faz, faz! O pessoal que está lá faz, mas eles têm uma sobrecarga muito grande. Tem mais de trezentos da promotoria, tem mais não sei quanto de ...

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Esses dados a gente conhece, Da. Laura e estão nos agonizando. Por isso, desde o primeiro dia que cheguei aqui, fui falar com o governador e tenho insistentemente buscado esse concurso. Nós fizemos isso no Governo Federal na área ambiental não resolveu todos os problemas, mas melhorou muito. Contratamos quase cinco mil servidores na área ambiental federal, entre IBAMA, ICMBio, Ministério ao longo de dez anos, fez muita diferença.

Não é cortando a senhora não, mas os porquês, os motivos a gente conhece. A gente até colocou isso em exposição de motivos com números, quantos vão se aposentar pela frente, tudo isso. Só para a gente otimizar o tempo, senão daqui a pouco vou estar respondendo só para os que perguntaram.

A Sra. Conselheira Laura de Jesus Moura e Costa (CEDEA):- Só para encerrar a colocação, quando eu fui Presidente do SINDISEAB entre 2007 e 2010, nós já levantávamos isso e não era novidade. Então, são mais de seis ou sete anos que isso vem sendo insistido e as coisas não acontecem.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- A gente conhece e infelizmente ninguém tomou atitude antes, espero que a gente tenha êxito desta vez. Acho que não foi por falta de tentativa dos Secretários que me antecederam. O Callado está aqui para ser testemunha, mas infelizmente não foi priorizado e o que o governador nos colocou é que, se sair algum concurso daqui para frente, vai ser para a área ambiental.

Aproveito e respondo já uma das questões, aí deste assunto já fica tratado, nós levamos o conjunto, e o primeiro vai ser o IAP. Eu não puxei nem para a Secretaria, porque lá a gente ainda se vira, e no Águas eles também precisam muito. No ITCG foi o único que teve, não muito recentemente, mas ainda tem um nível um pouco melhor, a MINEROPAR precisa de poucas pessoas mas já resolve grande parte. Então, é o primeiro, mas eu acredito que ainda saia sim este ano.

Vamos ouvir o José Machado e depois passo rapidamente comentando todas elas.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Por favor, José Marcelo, da UEL.

O Sr. Conselheiro José Marcelo Domingues Torezan (UEL):- É muito rápido. Queria lembrar hoje o nome de Manoel Henrique Pereira. É um nome que eu não me lembrava até hoje cedo, quando eu li sobre o falecimento dele nos jornais. É o criador

paranaense do plantio direto. Faleceu, agora, dia 08. É uma pessoa que eu acho que vale a pena a gente lembrar. Talvez hoje o plantio direto não seja o que ele tenha sonhado, mas fez muita diferença na vida da gente. Manoel Henrique Pereira!

Outra coisa. Gostaria de convidá-los para voltarem os seus olhos para o interior, para o Parque Estadual Mata dos Godoy que está listado nos parques Paraná. Está sofrendo uma ameaça séria por um engano terrível, porque uma parte das pessoas acha que o parque está tolhendo o desenvolvimento da cidade, quando na verdade a cidade tem quase metade de terrenos desocupados na sua área urbana atual. Estão forçando uma revisão do zoneamento, que precisa ser feita de qualquer forma, mas com base nisso, como se o parque estivesse atrapalhando. Essa é uma coisa terrível. Acho que isso é um laboratório. O que está acontecendo com aquela unidade de conservação é um exemplo do que pode acontecer em outras unidades de conservação do Estado. Vale a pena a gente prestar atenção no que está acontecendo lá. É uma unidade de conservação importante, uma das mais bem estudadas do Estado e que está muito perto de uma zona urbana com bastante pressão.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Bem, sobre a Câmara Recursal nós chegamos a comentar que eu, quando assumi, eu entendo pessoalmente que a forma de recursos não pode ser da maneira que é de submeter a figura do Secretário. Eu acho que expõe demais ao próprio Secretário, e lógico que pressões vêm de todo o lado, e aí me informaram deste procedimento que tem aqui, peço que dê agilidade e eu pedi um estudo interno que, enquanto a gente não deliberasse, se fizesse aqui pelo CEMA também, acho que tem que pesar isso, porque tem que ver quem tem disponibilidade, porque o volume é muito grande. Então, acho que temos que pesar muito bem como vamos fazer.

O volume, para vocês terem uma ideia, é em torno de dois mil processos, e ainda que dizem que nos últimos anos não tem tido autuações no Estado, e o número de processos é só em segunda instância, fora os que já eliminam primeiro. Então, tem sim e tem um número alto ainda no Estado. Então, são em torno de dois mil processos que chegam em segunda instância.

E eu pedi que estudassem uma forma de fazer, porque é muita coisa. A gente abriu muitas frentes de trabalho ao mesmo tempo na Secretaria com as vinculadas, realmente o ritmo está bastante forte e é assim que é bom. Mas eu pedi que fizesse pelo menos um Comitê de Análise antes de submeter ao Secretário, não é porque eu estou lá não, mas eu entendo que assim deve ser feito. O jurídico está vendo uma forma de fazer,

até que a gente realmente discuta bem aqui se traz mesmo para o CEMA como Câmara Recursal. Tem alguns estados que fazem isso, tem o lado bom, o lado ruim. Não é que é ruim, mas traz uma carga de trabalho aqui para dentro bastante grande, e eu tenho que ver quem tem disponibilidade para isso. É trabalho operacional mesmo. Então, não sei, mas é uma coisa para discutirmos nas próximas reuniões das Câmaras Técnicas. Mas eu gosto da ideia de isso ter uma participação maior, embora eu até agora, nesses nove meses que estou lá, não tive nenhum problema relacionado a isso. Tem o pessoal que faz os pareceres e análise e eu não interferi, em nenhum momento, na análise deles. É uma análise técnica e jurídica, e assim tem sido feito da maneira que era feito e até agora nós não tivemos nenhum problema de ordem interna e nem externa, a não ser dos que mantemos a multa que reclamam. Mas até aí, fazer o quê? Tem os pareceres que levam a essa tomada de decisão. Então, não tem o que fazer. Cabe a eles recorrerem à justiça, se quiserem desta forma. Em nível administrativo é isso e ponto.

Quanto a Comissão de Análise do Regimento, você pode falar João?

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Esta Comissão para rever o regimento interno foi apresentada, deliberada em uma das últimas reuniões do Conselho do ano passado e juntamente com uma moção que apoiava a Câmara Recursal. Porém, esta moção tem que ser escrita, porque ela só foi deliberada aqui em termos verbais. Ela tem que ser rescrita com base nas atas da reunião ordinária que foi inclusive deliberada sobre ela hoje. Então, nós temos que reconstruir as falas, os considerandos de todo o processo, para montarmos essa moção que foi considerada aprovada e só depois ser assinada e publicada.

Então, vai ser reconstruída com base nas escritas que têm dentro dessas duas atas que foram aprovadas hoje.

E, juntamente com isso, a questão da revisão do regimento interno, que é a montagem de uma Comissão para a reestruturação do regimento interno, casou exatamente na mudança dos Conselheiros. Novos Conselheiros foram empossados este ano, então a necessidade de solicitação de indicação de Conselheiros para compor essa Comissão para a revisão do regimento interno. Esse é um processo que queremos abrir antes do final do ano.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Você acredita que dê para assumirmos um compromisso de trazermos para a próxima reunião? Tem que passar pela Câmara Técnica.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Temos que montar essa Comissão, inclusive a proposição inicial era de que a Carmem coordenasse essa Comissão para discutir o regimento interno, dar a sua construção, essa versão de construção e aí passaria pela Câmara Temática Jurídica para depois ir para o Conselho. Depende de como isso vai fluir dentro desse grupo que pretendemos montar.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Carmem, você pode continuar com o compromisso de nos apoiarmos nisso?

A Sra. Conselheira Carmem Terezinha Leal (SINDISEAB):- Ficou aprovado aqui que o SINDISEAB coordenaria o processo, não exatamente a minha pessoa, mas eu posso fazer isso plenamente, sem problema nenhum. E a questão era exatamente abrir para que as entidades dissessem: “Sim, quero participar! Não, eu não quero!” O grupo não ficou fechado aqui. A Secretaria Executiva colocaria em aberto o processo para que as entidades se colocassem. E também foi previsto um workshop para a discussão da questão.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Bom, então a Secretaria Executiva assume o compromisso de abrir as inscrições para ver quem pode colaborar e tentar pelo menos o workshop até o final do ano. Se a gente não conseguir trazer o resultado na próxima reunião a gente traz na seguinte, mas vamos tentar fazer o workshop até o final do ano. Ou seja, abre-se para as inscrições, chama-se as pessoas e fazemos esse workshop. É possível, João? Ok.

A Sra. Conselheira Carmem Terezinha Leal (SINDISEAB):- Quanto a questão da Câmara Recursal a minha maior preocupação é que o assunto foi debatido e aprovado aqui. Só essa questão de retomarmos a discussão, em que parâmetros?

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Ok. Bem, mais uma reunião conjunta com o Recursos Hídricos, se vocês entenderem que não é interessante a gente não faz, podemos fazer no começo do ano se vocês quiserem. Só não dá tempo de fazer uma quarta, por tempo mesmo. Só temos dois meses, no máximo, de trabalho. Oito semanas só dá para fazer mais uma nossa. Poderíamos fazer junto com a de Recursos Hídricos. Na semana que vem temos a reunião de Recursos Hídricos, posso colocar o questionamento para eles também, lá também está bem mais atrasado. Podemos talvez iniciar o ano com uma reunião conjunta, mas se entenderem que a gente pode fazer não tem problema não. Só vai ficar um volume de assuntos maior e aí fizéssemos o dia inteiro. Aí também não sei a

disponibilidade das pessoas, se começa e depois esvazia. Saímos para almoçar e aí volta metade. Não adianta! Vou dar uma avaliada no Recursos Hídricos para ser o que eles acham e, qualquer coisa, deixamos de fazer este final de ano.

É, daí a gente chama ano que vem, porque este ano não dá tempo de fazermos as duas, de fazermos a terceira aqui e mais uma extraordinária.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Só intervindo para ajudar no debate. A ideia apresentada pela Sueli, neste ano ainda, a intenção dentro da Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental e no GT criado para a discussão da Política de Araucária, trazer essa normativa. E um processo de debate é bastante efusivo, com bastantes contribuições. E em uma reunião conjunta realmente é difícil debater um assunto específico de um determinado Conselho, dentro de uma reunião com dois Conselhos concomitantemente. Seria interessante uma reunião para tentarmos, até o final de ano, fechar esta proposta de resolução sobre araucária.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Ok. Fica a recomendação daqui, vamos ver o que eles acham no Recursos Hídricos, e aí deixaríamos para o começo do ano que vem a reunião conjunta.

Sobre o questionamento do concurso público eu já fiz comentários, deputado SINDISEAB já deu, agora do Adriano sobre disponibilizar a apresentação do Ilton. Não vejo problema do que foi apresentado aqui ficar disponível, até porque essas informações tem que estar no site. Não vejo nenhum problema.

Sobre o convênio eu falei um pouco antes. Prazo? Eu gostaria de estar assinando esta semana, mas a gente não tem governança total no processo. Tenho falado semanalmente com o Secretário de Segurança, ele tem sido extremamente pronto, mas, sendo bem franco, todas às vezes que a gente vai discutir, não por ele, pela Secretaria e tal, mas quando chega em um nível das pessoas que tratam do assunto na Polícia Militar Ambiental querem voltar ao convênio anterior, naqueles moldes não dá para fazer. Nós não vamos assinar nada nem esse convênio e nem outro que não diga claramente o que vai ser feito e como vai ser feito. E aquele convênio não trata disso. É um convênio que fala de maneira geral, e o plano de trabalho é uma lista de equipamentos. Não dá para assinar um convênio desse jeito. Desculpem-me. O próprio Secretário também falou ali, eu conversei com ele semana passada. O retorno que veio da análise do nosso plano de trabalho foi uma substituição, lógico que por um nível hierárquico mediano. A tomada de decisão, claro, é realmente do comandante e do Secretário. E ele nos disse: “Não, pode deixar que nós vamos rever essa questão!” Ou seja, nós temos que definir

claramente o que nós vamos fazer, como vamos fazer e quais os resultados que se espera.

Nós temos áreas prioritárias, nós temos que ter áreas de inteligência, nós temos que ter investigação. Tudo isso está previsto em um plano de trabalho com prazos. E tem um item lá que trata, em havendo condições de repasses de recursos, eles existindo, nós vamos fazer. Mas se depender de recursos de quinze milhões para assinar um convênio hoje, o convênio não sai. O plano de trabalho que vinha sendo discutido já há bastante tempo e por isso que não saia, é isso, é uma lista de equipamentos que não dá um total de quinze milhões. Nós não temos esse dinheiro para passar. Aí eu acho uma pena não assinar um convênio, porque não tem todo o dinheiro para passar de equipamentos e porque não tem claramente como vai ser feito.

Mas, enfim, estou colocando alguns detalhes, mas estamos tratando do assunto em um nível de Secretaria, de Secretários, e ele afirmou ontem ainda, eu falei com ele e me disse: “Pode deixar que esta semana estou revendo essa questão!” Por quê? O que nós apresentamos? Como eu falei no começo, nós fizemos um plano de ação para proteção que traz um conjunto de ações. E, baseado nisso, nós fizemos o plano de trabalho do convênio. Todo convênio é obrigatório ter um plano de trabalho. Todos conhecem o procedimento aqui. E um plano de trabalho você tem que ter meta, isso é muito claro, acho que vale para todos os estados, o Governo Federal é assim. Então, ele mesmo falou: “Fique tranquilo!”

Então, eu não sei precisar o tempo, mas está muito em cima disso. E não é se negar a repassar o recurso. Por exemplo, agora que está indo para uma estabilidade, o dinheiro do FEMA podemos destinar uma parte para equipar e vamos ver exatamente onde precisa, o que precisa. É normal, como qualquer outro assunto. E lá no convênio proposto está lá: “Havendo disponibilidade de recursos, fazemos um aditivo e repassa!” Isso é normal.

O ICMBio tem um convênio com a PAMB aqui no Paraná, eu tratei disso enquanto Diretor que fui em Brasília muitas vezes, e a gente passa. Tem ano que passa o recurso e tem ano que não passa, mas eles têm lá para trabalhar dentro do Parque do Iguaçu, como boa parte das estruturas que a PAMB trabalha, que usa e tal, são estruturas do próprio IAP, dentro dos parques inclusive. Então, já existe isso. Não dá para se pretender neste ponto, tem que superar.

Eu acredito que isso será superado muito rapidamente. Agora, precisar quanto tempo infelizmente não posso, porque não tenho governança total no assunto, Adriano.

Desculpa, mas faz parte, mas acho que está evoluindo, está bem encaminhado. Nós já tivemos reuniões até com o Dr. Giacoia - Presidente do Ministério Público, e ele mesmo falou que não pode vincular ou limitar este convênio à disponibilidade de recurso. Até porque se a polícia existe, ela tem que ter o recurso dela previsto dentro da área da segurança pública, não pode ficar dependente de recurso vindo da área ambiental. Pode ter um incremento, pode ter um apoio, uma ajuda, mas não pode ter esta relação de dependência para fazer o trabalho. Se ela existe, enquanto corporação pública, ela tem que ter o seu orçamento. Se tem para outras áreas, por que não vai ter para o meio ambiente?

Na esfera federal nós tivemos o mesmo problema. Muitos anos atrás, quando chamávamos a Polícia Federal para trabalhar com a gente, a gente tinha que pagar toda a conta. Ao longo do tempo foi evoluindo. Hoje eles praticamente assumem a frente das operações e ninguém mais repassa recurso, e eles têm uma dotação orçamentária dentro da estrutura da Polícia Federal exclusiva para a área ambiental, como todas as outras têm. Por que a área ambiental, dentro das corporações de polícia, seja ela qual for, se ela foi criada, ela tem que ter. Agora, pode ter uma cooperação financeira. Por exemplo, o fundo sendo capitalizado, excelente, vamos investir ou de alguma outra fonte, não tem problema.

Mas só este esclarecimento. Não tem nenhum problema com a polícia, nem com a Secretaria de Segurança Pública, quero registrar aqui, é só romper com o costume. É difícil romper com o costume, ela é necessária, nós queremos muito ela trabalhando conjuntamente de maneira organizada, bem coordenado, o trabalho todo bem coordenado, agora em outras formas de funcionamento. A gente tem que aprimorar, foi feito, tem um trabalho feito, tem registrado, mas dá para aprimorar? Dá sim, muito! É isso que nós queremos. Agora quando acostuma a um tipo de relação é difícil quebrar o rito, o costume. Mas vai dar certo. Tenho fé que vai dar certo.

Sobre o desmatamento em São João em Prudentópolis, se tiver alguma informação complementar do lugar coordenado, alguma coisa, me passe porque a gente manda averiguar imediatamente.

E aí o comentário sobre a questão do que o governador colocou. Foi um compromisso assumido, junto com todos os Secretários da Mata Atlântica, foi assumido pelo governador. Esse é um objetivo, não é falando lá que a gente vai atingir o objetivo no primeiro mês, no primeiro ano. Nós vamos perseguir isso, por isso que este convênio é importante. Este convênio muito bem orientado, ele tem um papel fundamental para

atingir essa meta, afinal de contas são em torno de quinhentos efetivos da Polícia Ambiental, são em torno de quinhentos homens. Isso é muito bom, totalmente capilarizado pelo Estado. Têm pessoas ali muito boas. Mas têm outras questões também, têm inteligência que a Polícia Civil pode ajudar nisso também, tem uma sala de situação, tem tecnologias que a gente pode buscar, tem capacitação, tem muitas outras ferramentas para atingirmos esse objetivo. Tem a própria direção que ao governador falar, dá a sinalização para qual direção devemos ir. Acho que só isso já ajudou muito, pelo comportamento das pessoas que fazem parte de toda a estrutura do Governo na área ambiental. Sabe quando o comandante dá o tom da coisa, dá a linha? Isso ajuda muito, ajuda muito na parte de fiscalização, ajuda no licenciamento, ajuda em todas as nossas ações, mas espero que ao longo dos quatro anos a gente realmente atinja o objetivo.

Mas, me passe, por favor, Adriano. Se tiver mais informações das coordenadas a gente manda apurar. Qualquer informação, isso talvez seja mais forte do que qualquer tecnologia, poder receber essas informações. Nós temos Ouvidoria na SEMA, nós temos Ouvidoria no IAP. Usem isso, nós vamos tentar para divulgar, dentro do plano de ação tem toda uma parte voltada à comunicação, à divulgação. Então, usem isso o máximo possível e, qualquer coisa, podem mandar e-mail até para mim mesmo, não tem problema não. Qualquer denúncia que tiverem, podem mandar mesmo que a gente manda averiguar

Quanto ao programa de Inspeção Veicular, se ele vai funcionar ou não. Pelo histórico que eu levantei, foi estudado, foi feita toda uma modelagem, tinha até autorização para licitação. Foi cancelado e ficou parado acho que dois anos. É uma iniciativa que a gente tem que abrir a discussão, estava tratando deste assunto semana passada, vendo com quem podemos abrir a discussão para tentarmos ver se era um modelo anterior, se têm outras tecnologias, como a gente faz.

O que eu pude levantar é que o custo previsto é um pouco caro, isso vai para o dono do veículo que vai ter que pagar. Então, antes de qualquer coisa, eu gostaria de levantar dentro e fora do país como é feito, que tecnologias que tem para tentar fazer o mais automático possível e com o menor custo para o cidadão. Acho que essas são duas questões fundamentais para podermos avançar. Mas vamos iniciar essa discussão em um GT menor para depois trazermos para o Conselho.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- No meu entendimento, acho que devemos rever um pouco essa questão da política, mediante esse escândalo da

Volkswagen, porque temos software que abaixa a poluição do veículo quando o veículo está sendo inspecionado. Está certo que isso no diesel. Mas para que a gente não caia nessa mesma 'cilada', vamos chamar assim, de pensar de como medir essa emissão dos gases efeito estufa dos veículos de forma a não ficar só parado, mas numa esteira, alguma coisa assim, para ser mais eficiente. Porque este escândalo da Volkswagen realmente pode acontecer com qualquer outra montadora. Então, apenas vem aí um alerta que existe aí uma maracutaia vinda de fora e que a gente pode facilmente engolir.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Por isso que eu falei em tecnologia, ter tecnologias seguras, baratas, práticas. E o da Volkswagen não é o primeiro. O primeiro foi o da Fiat, há quinze anos, eu me lembro que eu era Diretor do IBAMA e nós multamos a Fiat aqui no Brasil. Ela está até hoje pagando a implementação de um parque, demorou muito, brigou, brigou e agora está fazendo lá no interior de Minas, Cavernas do Peruaçu. Isso me lembro bem, pagou as terras e a construção todinha e tal. Na época era um dispositivo, não sei se vocês lembram da Fiat lá, que quando ele ia para inspeção, para o *checkout*, tinha um chipzinho que acionava e ele emitia menos. Não é a primeira vez, infelizmente.

A do Marumbi, das informações. Acho que essa questão de comunicação é fundamental, embora o evento, já que o senhor citou, do Marumbi eu lembro que eu pedi para convidar o CEMA inteiro, todo o mundo. A gente disponibilizou, a gente conseguiu os vagões para levar os convidados. Não sei o que aconteceu, se o convite não chegou a todos, mas a ideia foi essa. Mas enfim, isso é pontual, eu sei...

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Foi na véspera. O convite saiu na véspera.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Ah, entendi. Desculpe, então. Está aqui a nossa comunicadora oficial ali, vamos fazer o possível, embora tudo o que a gente faz, às vezes fico em exceção de exposição e não é o meu objetivo. Acho que o que a gente tem que deixar o máximo possível são as informações e não o Secretário. Mas a gente tem usado muito as redes sociais. Não tem coisa que a gente faça ali que a gente... Tudo bem, havia a imprensa, mas podemos fazer uma comunicação direta aos Conselheiros. Além de usar todos os canais de imprensa, ter uma comunicação direta com vocês. A gente pode fazer sim, não tem dificuldade em fazermos isso não, né Eliana. Tranquilo!

E quanto ao que o Professor José Marcelo comentou do Manoel Pereira, inclusive numa palestra que fiz semana passada sobre mudanças climáticas eu puxei essa questão do plantio direto e até citei quem criou, foi aqui no Paraná, mais uma coisa que o Paraná foi pioneiro com o Manoel Pereira.

E quanto ao Parque Mata dos Godoy, eu estive lá há alguns meses, depois durante o CBUC fiz uma reunião rápida com o pessoal de lá e do IAP, a orientação para eles é a seguinte: o que tiver de mata envolta, o que for possível a gente agregar como unidade de conservação e não como zona de amortecimento somente, a gente faça esse esforço para ampliar o parque ou criar alguma outra unidade. Eu entendo que a questão do CAR, do novo Código Florestal, a gente perdeu em muitas coisas, mas nisso a gente ganhou.

Então, nós temos a oportunidade de poder ampliar as áreas dos parques hoje sem praticamente gastos. Está previsto na lei e eles vão fazer de qualquer maneira em algum lugar. Então, é só a gente orientar as áreas, talvez a gente consiga ampliar sem muito custo para o Estado, porque isso vai acontecer porque está na lei. Mas aí transformar efetivamente na unidade de conservação, dar garantia mesmo. Porque a zona de amortecimento, que é a questão que está sendo colocada e não o parque, a discussão toda no município, eu entendo, numa rápida análise que eu fiz, que realmente ela precisa ser revista, mas revista com critério e critério enquanto zona de amortecimento e não enquanto unidade de conservação. Porque a gente já teve muito problema com ZA's de unidades de conservação pelo Brasil.

Logo que o ICMBio foi criado, e aí essa questão do licenciamento ambiental e a questão das UC's ficou mais exposta, porque antes era feito dentro do IBAMA mesmo, às vezes tinha o parecer da área de unidade e às vezes não tinha e passava batido. Quando criou o ICMBio, o ICMBio passou a ter que dar autorização para o licenciamento, aí veio o problema. A gente passou a cuidar mais de zona de amortecimento do que das unidades de conservação, porque aí criou o problema e foram uns três ou quatro anos de problema grave.

Estavam quase acabando com a existência de ZA, como está no SNUC, quando foi proposto no CONAMA e a gente mudou a Resolução 13 e conseguimos salvar parcialmente. Ao invés de o raio de dez quilômetros envolta, adotar como zona de amortecimento mesmo. Ou seja, o que não deve ser feito que possa afetar a unidade de conservação e isso é zona de amortecimento.

Lógico que a gente quer fazer o máximo, proteger a unidade ou tratar a zona de amortecimento até como se fosse uma unidade. Mas a gente tem que ser cuidadoso, se não às vezes a gente vai querendo dar um peso maior do que o que deve ser dado, a gente perde o próprio instrumento. E estão atacando mesmo, estão atacando toda legislação ambiental. E acho que a melhor coisa neste momento é o embasamento e, aí se você vem da universidade, é excelente, o embasamento técnico-científico. É como licenciamento ambiental, o que nos protege é a qualidade técnica que a gente trabalha e transparência.

Nesta questão da ZA's, o que a gente definiu depois de muita conversa, inclusive tem uma proposta de regulamentação em nível nacional, mas não foi colocada para frente e feita pelo ICMBio, mas o que eu digo é o seguinte: ela tem que ser muito bem fundamentada. Ela pode ir, sei lá, até vinte quilômetros ou mais, em algum ponto, se quiser. Se tiver, por exemplo, uma nascente que corre para dentro da unidade, mas em outras situações talvez não. Talvez tenha um quilômetro ou menos. Não sei, depende. Tem que analisar e se aprofundar.

O que me pareceu, a grosso modo, é que a zona de amortecimento da Mata dos Godoy é um risco, pelo menos parte dela é um risco. E aí eu acho que expõe a gente também tecnicamente de defender. Então, tem que analisar com profundidade, mas com critérios, critérios técnicos. Com critérios a gente encara qualquer discussão, sem problema. Agora aproveitar a deixa do CAR, do Código Florestal, é tentar ampliar a unidade. Isso é sonho. Acho que a gente deveria fazer isso correndo, fazer as duas coisas juntas, garantir e poder dar uma proteção à unidade como zona de amortecimento bem boa e que tenha gestão.

Mas é isso. Não sei se alguém tem algum comentário a mais, senão vou para o encerramento.

A Sra. Conselheira Carmem Terezinha Leal (SINDISEAB):- Sr. Presidente, eu teria dois comentários. Eu acho que o Conselho poderia aprovar uma espécie de manifestação de apoio ou de agradecimento ao Manoel Pereira pelo conhecimento técnico que ele teve, nem que seja *post-mortem* agora.

E a segunda colocação é que o Conselho também poderia aprovar uma diligência entre CEMA e IAP na Mata dos Godoy. Acho que ele veio aqui solicitar um apoio e acho que a gente poderia, de repente, instituir uma equipe técnica que auxiliasse a universidade nesta constituição documental, inclusive neste processo se vai haver a

alteração do plano diretor, um embasamento técnico que pudesse desvirtuar, digamos assim, essa possibilidade.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Sobre o primeiro ponto eu apoio totalmente. A questão do plantio direto realmente revolucionou, acho que merece uma 'Moção de reconhecimento aos relevantes serviços prestados'. Podemos fazer, sei que não tem quórum, mas acredito que não vai ter problema de quórum por uma manifestação de um serviço tão relevante como foi o dele prestado. Poderíamos ir nesta direção? Que conste em Ata que o Conselho solicitou que por meio da Secretaria Executiva fizesse uma manifestação de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados. Perfeito. Concordo totalmente e acho que ninguém discorda disso.

E o segundo ponto da diligência, eu não sei bem como fazer porque eu já solicitei ao IAP... Por que o que eles iam fazer? Eles iam fazer uma revisão do plano de manejo para fazer a revisão da zona de amortecimento. Não é necessário, até porque o plano de manejo demora demais e não há tempo, aí o município atropela. Você não precisa fazer a revisão do plano de manejo da unidade para mexer na zona de amortecimento. É a mesma coisa o plano de manejo, a gente pode detalhar alguma parte do plano de manejo e aprovar aquilo ali como parte do plano de manejo. Então, a legislação permite isso.

A gente pode fazer um trabalho, já que a pressão é grande, fazer um trabalho exclusivo para a zona de amortecimento e depois aprovar no âmbito do IAP como parte integrante do plano de manejo o novo zoneamento, a nova ZA. Isso é totalmente factível. Durante o CBUC ainda a gente fez uma reuniãozinha rápida, pedi que o IAP, junto com a nossa representante da SEMA que é a Roberta, uma pessoa bastante atuante inclusive, fiquei muito feliz como tenho ficado muito feliz com o trabalho dela lá, com o apoio dela organizar uma equipe para fazer este trabalho. E, lógico, usando o máximo possível, das universidades, de todos que têm a informação, mas é um trabalho bem técnico e viesse discutir com a gente aqui em Curitiba. O que a gente pode depois é fazer uma apresentação aqui, até para tirar os nomes agora. (É um questionamento). Isso a gente já está vem fazendo. Não é nem o apoio, o trabalho que vai ser feito é do IAP, a gestão de unidade é do IAP, o IAP que tem que fazer. Ele que tem que buscar esse apoio, com o maior conhecimento técnico-científico possível ali existente, disponível na área.

O Sr. Conselheiro:- A preocupação que a gente tinha era justamente essa, de o IAP ter esse respaldo de poder fazer a revisão com tranquilidade.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Quando eu tratei desse assunto, estava o Diretor de Áreas Protegidas do IAP, estava a chefe da unidade. Sueli você pode, por favor, mandar uma mensagem para ele direitinho, só para apresentar um cronograma de como vai fazer, enquanto tempo. A Sueli, pela coordenação de Biodiversidade, acompanha este trabalho. Depois podemos apresentar os resultados aqui ou o andamento do trabalho, se precisar a gente aciona mais forças. Até a reunião que eu tive com o prefeito lá eu vi que, com um bom embasamento, dá para chegar a um encaminhamento bem bom. O duro é chegar e começar a discutir com um mapa e uma caneta na mão o que fica e o que não fica. Eu falei: “Olha, nesse nível não dá!” Nós precisamos de fundamento, não é assim que a gente trabalha uma coisa como essa. Tá bom, gente!

Bem, somos poucos aqui, mas resistimos até o final. Já passou de 18h. O meu muitíssimo obrigado a todos vocês. Tratamos de muitos assuntos, mas foi bom porque demos uma nivelada geral em tudo o que estamos fazendo e como estamos fazendo. Muito obrigado. Até a próxima. (Palmas).